

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Caio Vitor Beltran dos Santos

**Os debates sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero no
Serviço Social: perspectivas a partir do XVII Enpess**

Juiz de Fora

2025

Caio Vitor Beltran dos Santos

**Os debates sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero no
Serviço Social: perspectivas a partir do XVII Enpess**

Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade
de Serviço Social da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Co-orientador: Me. Euler Antônio Campos

Juiz de Fora

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Caio Vitor Beltran dos Santos		
Matrícula Discente	202119007		
Título do TCC	Os debates sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero no Serviço Social: perspectivas a partir do XVII Enpess		
Natureza do trabalho	monografia - TCC		
Curso	Serviço Social		
Orientador(a)	Luciana Gonçalves Pereira de Paula		
Coorientador (se houver)	Euler Antônio Campos		
Data da aprovação	21/08/2025		
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Titulação	Nome	Na qualidade de:
	Dra	Luciana Gonçalves Pereira de Paula	Orientadora
	Dra	Ana Maria Ferreira	Membro da Banca
	Dra	Joseane Barbosa de Lima	Membro da Banca

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 11 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2545888** e o código CRC **69E4032D**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Os debates sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero no Serviço Social: perspectivas a partir do XVII Enpess, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente Caio Vitor Beltran dos Santos (matrícula 202119007), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Luciana Gonçalves Pereira de Paula; e coorientação do Prof. Ms. Euler Antônio Campos, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2025, às 15:30 horas, na sala 5 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Luciana Gonçalves Pereira de Paula	Orientadora
Dra	Ana Maria Ferreira	Membro da Banca
Dra	Joseane Barbosa de Lima	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 11 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Barbosa de Lima, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caio Vitor Beltran dos Santos, Usuário Externo**, em 26/08/2025, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2545879** e o código CRC **5E16014C**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela incrível oportunidade de estudar em outra cidade, outro estado. Em especial agradeço aos meus pais, Gilmar e Cláudia, minha tia Andreia e meu tio Ricardo. Sem vocês esta conquista não seria possível. Obrigado por todo o apoio, carinho e preocupação com meu bem estar. Mesmo aqui em Juiz de Fora, cerca de sete horas de distância, vocês são a minha base.

Também sou grato por todas as amizades que me acompanharam ao longo desta trajetória. Aos meus amigos de infância, Luiz, Clara e Isabela, por todas as risadas, conversas e carinho. Pessoas que nunca se afastaram, apesar da distância. Sei que nossos caminhos estarão sempre conectados pelas histórias e afetos compartilhados por tantos anos.

Agradeço à Mariane, cuja amizade se tornou tão forte que sinto que somos irmãos. Obrigado por toda a escuta, apoio, risadas e segredos compartilhados. Obrigado por me completar.

Obrigado a todas as amizades com quem pude vivenciar a universidade e passei os últimos anos. Especialmente à Lavínia, Kamille, Iara, Isabella, João Pedro, Júlia e Keciley. Foi um privilégio poder compartilhar essa aventura com vocês. A faculdade se tornou tão pequena perto de tanto carinho e cumplicidade que vou levá-los para sempre comigo.

Também agradeço a todas as pessoas com quem dividi as reuniões do Gepefss. O que era para ser um simples grupo de pesquisa se tornou uma rede de amizades, apoio e solidariedade.

Sou grato ao João Victor, meu namorado, pela escuta e palavras de incentivo ao longo da escrita deste TCC, seu apoio foi fundamental. Obrigado também por escolher dividir a vida comigo.

Também quero agradecer a meus orientadores Euler e Luciana. Ao Euler, pela atenção, disponibilidade e zelo que me ajudaram a construir um trabalho coeso e profundo. E à Luciana, que além de orientadora é amiga. Obrigado por me conduzir pela construção deste trabalho de forma comprometida e por cada ensinamento, dentro e fora da sala de aula. Agradeço também a todas as oportunidades, paciência e palavras de conforto. Quero que saiba que você é uma inspiração.

Por fim, sou grato a mim mesmo pela dedicação e esforço empreendidos na escrita deste trabalho. Todas as horas de leitura, escrita e discussões resultaram, além de grande amadurecimento, em um trabalho que me orgulho de ter escrito.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como o Serviço Social vem pautando a questão LGBTI+ nas suas produções. Para isso, analisamos 24 artigos publicados sobre a referida questão nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Tal processo se constituiu a partir da leitura integral dos artigos, guiada por 5 eixos norteadores, sendo eles: “conservadorismo e LGBTI+fobia”, “políticas públicas e direitos humanos”, “movimentos sociais e organização política”, “atuação profissional de assistentes sociais” e “bibliografia usada”. A pesquisa parte do método materialista-histórico-dialético como forma de compreender a realidade, a profissão e a própria opressão contra pessoas LGBTI+ presente no Brasil desde sua invasão. Como resultado observamos que as produções do Enpess de 2022 tem grande enfoque nas políticas públicas e formas pelas quais o conservadorismo e a LGBTI+fobia se reconstruam diariamente a serviço dos interesses do modo de produção capitalista. Já sobre a atuação profissional as produções são menores em números, mas mesmo assim apresentam importantes elementos para o exame da questão.

Palavras chave: LGBTI+; Serviço Social; Enpess; Marxismo.

ABSTRACT

This work seeks to understand how Social Work has been addressing the LGBTI+ issue in its research. To this end, we analyzed 24 articles published on the issue in the proceedings of the XVII National Meeting of Social Work Researchers. This process consisted of a full reading of the articles, guided by five guiding axes: "conservatism and LGBTI+phobia," "public policies and human rights," "social movements and political organization," "professional practice of social workers," and "references used." The research uses the materialist-historical-dialectical method as a way to understand the reality, the profession, and the oppression against LGBTI+ people present in Brazil since its invasion. As a result, we observed that the 2022 Enpess research focuses heavily on public policies and the ways in which conservatism and LGBTI+phobia are daily reconstructed in the service of the interests of the capitalist mode of production. Regarding professional practice, the productions are smaller in number, but nevertheless present important elements for examining the issue.

Keywords: LGBTI+; Social Work; Enpess; Marxism.

LISTA DE SIGLAS

Abepss	Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
Antra	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
Cbas	Congresso Brasileiro de Serviço Social
Cfess	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cress	Conselho Regional de Serviço Social
CS	Convergência Socialista
Divas	Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
Enesso	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
Enpess	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
Galf	Grupo de Ação Lésbico-Feminista
Gepefss	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social
GGB	Grupo Gay da Bahia
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LF	Grupo Lésbico-Feminista
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Intersexos e outros
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
Mess	Movimento Estudantil de Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
Suas	Sistema Único de Assistência Social
Sus	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	7
2. REFLEXÕES E DEBATES SOBRE FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: DESTAQUE PARA A REALIDADE BRASILEIRA-----	13
2.1. Uma breve reflexão sobre “família” a partir da leitura de Engels-----	13
2.2. O debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero no Brasil-----	18
2.3. Diversidade sexual e identidade de gênero na política brasileira: avanços e percursos no século XXI-----	29
3. DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO E MARXISMO:-----	39
3.1 Breves apontamentos sobre o método em Marx-----	39
3.2. O debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero e o marxismo-----	45
4. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL-----	52
4.1. O debate da diversidade sexual e das identidades de gênero e o Serviço Social-----	52
4.2. As atuais tendências do debate acerca da diversidade sexual e de gênero no campo do Serviço Social-----	56
4.3. O debate da diversidade sexual e identidade de gênero no XVII Enpess-----	60
4.3.1. Eixo: conservadorismo e LGBTI+fobia-----	62
4.3.2. Eixo: Políticas públicas e direitos humanos-----	68
4.3.3. Eixo: Movimentos sociais e organização política-----	70
4.3.4. Eixo: Atuação profissional de assistentes sociais-----	75
4.3.5. Eixo: Bibliografia usada-----	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	81
APÊNDICE - A-----	83
APÊNDICE - B-----	86

1. INTRODUÇÃO

A questão da diversidade sexual e de gênero perpassa diversos âmbitos da sociedade com cada vez mais frequência atualmente. Esses debates, sinalizados como a “questão LGBTI+”¹ ou como “sexualidade” e “gênero” de maneira mais ampla, aparecem tanto nas políticas públicas, na mídia e na academia cercados por certezas que não são, muitas vezes, bem delimitadas e/ou acuradas cientificamente.

A natureza da diversidade sexual e de gênero quando fica a cargo puramente das ciências biológicas tende a limitar – a uma primeira vista – a discussão a dois pólos majoritários. Por um lado, às delimita ao campo das patologias, discurso esse que serve aos setores mais conservadores do espectro político e, por outro, trata essas características como algo definitivo e galgado na “essência” dos seres humanos. Essa segunda, ainda que tente tensionar o debate para um viés progressista, trata a diversidade e de gênero como algo trans-histórico e definitivo, parando na aparência do fenômeno e não permitindo que seja entendido em sua totalidade.

Compreendemos que é nas ciências sociais que devem se estruturar as investigações necessárias para se chegar à real essência dessas formas de ser e expressar os gêneros e sexualidades. Dessa maneira, o debate em torno de suas pautas, reivindicações e mobilizações se torna cada vez mais politizado e baseado na materialidade da vida social, mesmo que – e justamente por isso – também pertençam ao campo da subjetividade².

Além disso, esse debate é também muito caro para o Serviço Social no país. A questão da LGBTI+fobia³ no Brasil é extremamente delicada e latente. No Brasil Pessoas LGBTI+ sofrem violências nos mais variados espaços da vida social, desde a escola, como vemos nos dados da Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro. De acordo com a Agência Brasil, “34% dos/as entrevistados foram vítimas de violência” e dos principais motivos elencados estão a expressão de gênero (20%) e a

¹ Usaremos, em concordância com Ferreira e Irineu (2024, p.20), o termo “LGBTI+” “para representar nominalmente a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo, entendendo que o sufixo “+” demonstra que existem outras identidades não nomeadas por essa sigla”. Isso se dá pelo fato da obra dos autores ser uma das principais referências aqui utilizadas.

² Entendendo subjetividade aqui como uma dimensão da vida social que surge a partir das condições materiais de reprodução da vida e que influencia também na produção dessas condições em um processo dialético.

³ LGBTI+fobia trata-se da “[...] violência de gênero e sexualidade — manifestação de todas as formas de violência motivada pelo gênero ou sexualidade de uma pessoa — possui particularidades em relação às pessoas LGBTI+, particularidades essas que historicamente foram pensadas do ponto de vista da homofobia (e suas derivações: transfobia, bifobia etc.), conceito amplamente difundido por Borrillo (2010) como a atitude de hostilidade, ódio, aversão ou até mesmo medo no que diz respeito às pessoas LGBTI+” (Almeida; Irineu, 2024, p.31). Veremos ao longo deste trabalho como essas violências contra a população LGBTI+ estão para além do âmbito individual e se conforma também enquanto aspecto intrínseco ao modo de produção capitalista.

orientação sexual (20%). Os dados ainda mostram que 47% dos/as estudantes faltaram pelo menos um dia no mês anterior à pesquisa por inseguranças relativas ao ambiente escolar ou o trajeto até lá⁴. Até o mercado de trabalho em que em levantamento do *Observatório sobre empregabilidade LGBT* mostra que 35% dos mais de mil participantes da pesquisa já sofreram algum tipo de discriminação no ambiente de trabalho⁵. Além do que já foi exposto a violência contra a população LGBTI+ também se manifesta na morte dessas pessoas, tanto por suicídios quanto por assassinatos. Em matéria no site Brasil de Fato encontramos dados que registram que o país continua como o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, dentre os países que registram. Foram 291 mortes violentas em 2024, mais de 8% em comparação com 2023⁶.

Isso se reflete no Serviço Social uma vez que as violências contra essa população aparecem para a profissão em diversos espaços sócio-ocupacionais, assim como as demais expressões da “questão social”. Essas demandas e requisições são, pelas instituições e profissionais, tratadas como uma das frentes de atuação as quais precisam de respostas, o que não garante que isso aconteça de forma integral e com qualidade para as pessoas dessa população que se utilizam dos serviços públicos ou privados.

A profissão na atualidade, em sua vertente hegemônica, vê o combate a tais formas de opressão como uma necessidade. Isso se materializa, por exemplo, no código de ética de 1993, nos artigos VI e XI. Os artigos explanam sobre o dever de assistentes sociais se empenharem na eliminação das formas de opressão e na defesa do respeito à diversidade; bem como o dever de não discriminar e o direito de não sofrer discriminações por causa de sua identidade, incluindo a sexual e de gênero.

Essa clara defesa da diversidade e o repúdio à discriminação pelos mais diversos motivos, é possível a partir da virada da profissão na década de 1970 através do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a conquista política da intenção de ruptura, quando a profissão se coloca na defesa de seus próprios interesses enquanto classe trabalhadora.

⁴ Outros dados ainda mostram que “18% dos jovens trans perderam seis dias ou mais; essa proporção cai para 12% entre estudantes cis”. A matéria completa se encontra disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbti-sofreram-agressao-verbal-na-escola>.

⁵ Os dados foram divulgados em setembro de 2020. A matéria completa está disponível em: <https://camaralgbt.com.br/diversidade23-observatorio-sobre-empregabilidade-lgbt/>.

⁶ “A maioria das mortes violentas de LGBT+ em 2024 foi classificada como homicídio (239 casos), seguida por latrocínio (30 casos), suicídio (18 casos) e outras causas (4)”. Matéria disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtfobia-em-2024/>.

Acesso em 07/08/2025.

No entanto, a mera defesa desses valores alinhados ao projeto profissional hegemônico no Serviço Social não é a única variável nos avanços anti-LGBTI+fobia na profissão. Entendo que a forma como a defesa de tais valores se apresentará no cotidiano profissional tenha direta relação com a forma como este debate é apreendido conceitualmente e por qual matriz teórico-metodológica perpassa. Isso porque, os mais variados espaços sócio-ocupacionais são constituídos por profissionais que, por vezes, possuem visões conservadoras e/ou imbuídas de preconceitos, como os de orientação sexual e identidade de gênero, provenientes do padrão de sociabilidade capitalista.

A pesquisa, de caráter materialista-histórico-dialético, tem como finalidade a apreensão da realidade, seu movimento e sentido. Isso significa que a produção científica sobre esse assunto também importa para enriquecer o acúmulo teórico sobre o tema de modo geral, elevando o nível de consciência sobre as diversidade sexual e de gênero de profissionais e da sociedade como um todo.

Inclusive, outro ponto chave de minha disposição para analisar as diferentes concepções da diversidade sexual e de gênero e sua relação com o Serviço Social foi a forma como diversas profissionais do Serviço Social, em uma determinada experiência de estágio, se portaram perante a temática e à população LGBTI+. Além de comentários e falas em tom moralizador em relação à população usuária como um todo, também já presenciei piadas de cunho transfóbico dentro do equipamento.

Em adição a isso, tenho como impulsionador do interesse em pesquisar e debater a questão da diversidade sexual e de gênero a minha própria vivência enquanto pessoa LGBTI+ e estudante de Serviço Social. Isso aparece pelo fato de eu ser uma pessoa que é perpassada com maior intensidade pela temática, enquanto assunto de interesse e tensionamentos na forma de se relacionar com o mundo.

Entre essas vivências se encontram as várias amizades que fiz ao longo da vida e também no curso de Serviço Social. Pessoas com quem sou capaz de trocar experiências e conversas, expandir minha visão de mundo, também em relação a outros assuntos, e a partir das quais sou capaz de me colocar e me entender nessa miríade de possibilidades e construções, as quais tornam o debate sobre a diversidade sexual e de gênero muito mais instigante.

Enquanto estudante de Serviço Social fui perpassado por esse debate através do conteúdo de diversas disciplinas, principalmente Pesquisa Social, que instiga o pensamento crítico e investigativo, me levando a me interessar por entender a questão da sexualidade e de gênero com maior ênfase. Através disso, e do processo de construção de uma pesquisa

para a disciplina de Pesquisa Social, em que meu grupo e eu investigamos a forma que diferentes partidos políticos enxergam e atuam sobre as demandas da comunidade LGBTI+, aprofundei minha vontade de estudar sobre os fundamentos e o próprio conceito de diversidade de gênero sexual e sua relação com a sociedade capitalista.

Assim, optei por estudar de que maneira as produções sobre gênero e sexualidade no XVII Enpess se expressam, a fim de entender a forma como as produções no campo do Serviço Social colocam essa questão e através de quais matrizes teóricas realizam a apreensão desses conceitos e de sua relação com o modo de produção capitalista.

Ademais, pelo próprio estudo inicial do tema neste Trabalho de Conclusão de Curso, abriram-se diversas possibilidades a respeito. Tal estudo inicial da diversidade sexual e de gênero mostram que, para mim, a temática era, tendo em vista sua profundidade, desconhecida. O campo de conhecimento se torna, então, cada vez mais vasto conforme me aproprio de seus elementos, mostrando os caminhos de análise possíveis e instigando cada vez mais a pesquisa e meu aprimoramento pessoal e profissional.

A pesquisa proposta neste projeto busca a apreensão do objeto sob a luz do método materialista-histórico-dialético. Método este que transcende a metodologia de pesquisa em seu nível operacional de estudo da realidade. O método de Marx é uma forma de apreender a lógica de um objeto específico, ou seja, reproduzir teoricamente o movimento deste objeto (Netto, 2011, p.27-28).

Deste modo, objetivamos analisar as perspectivas no debate sobre a diversidade sexual e de gênero nas publicações dos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess) realizado em 2022. Temos também como objetivos específicos: resgatar, na dinâmica da sociedade brasileira, como se desenvolveu historicamente o debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero; Apreender o debate da diversidade sexual e de gênero subsidiado pelo referencial marxista; Compreender como se deu historicamente a relação de aproximação/articulação entre o Serviço Social e o debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero; Identificar, nos trabalhos publicados nos anais do XVII Enpess, quais os principais debates realizados e os autores de referência utilizados por eles.

Neste ensejo, nossa pesquisa será de caráter de análise documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica surge como necessidade na medida em que é preciso apreender a produção de conhecimento até agora existente sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, em especial no Serviço Social. Este processo é realizado de maneira

crítica e com a finalidade de compreender o atual momento do debate acerca da temática, partindo de referências como Santos (2017), Ferreira e Irineu (2024), Campos (2024), Duarte e Fernandes (2023) entre outros. Somente a partir desse acúmulo é possível realizar a pesquisa pretendida.

A análise documental será feita a partir dos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado em 2022. Os trabalhos a serem analisados foram previamente selecionados pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (Gepefss), fato que motivou a escolha desta edição do evento. Os artigos, divididos entre as apresentações orais, pôsteres e mesas coordenadas, foram organizados originalmente pelos títulos, totalizando 26 trabalhos dentro dos termos “sexualidade” e/ou “trans”. Deste total, categorizamos sete (7) sob o termo “trans”, sete (7) sob o termo “sexualidade” e doze (12) como sob ambos os termos.

Realizamos a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados na busca das principais semelhanças e discordâncias entre as produções para a realização de categorização inicial de suas vertentes. Após esse processo lemos na íntegra os materiais na busca dos posicionamentos mais frequentes e relevantes para o debate da diversidade sexual e identidade de gênero no Serviço Social brasileiro.

Neste trabalho encontramos, a partir do capítulo seguinte, como ocorreu o processo de constituição da família monogâmica heterossexual – entendido como o modelo tradicional de família burguesa. Buscando compreender como essa construção é pertinente para a formação da sociedade capitalista e, por isso, está também na gênese da opressão contra a população LGBTI+. Passamos também pela forma como essa opressão chegou e se instaurou no Brasil a partir do processo de colonização portuguesa, processo identificado como parte da “acumulação primitiva de capital”. Damos um salto até meados do século XX, abordando a organização de movimentos LGBTI+ e sua luta política até os anos 2000 e a partir do século XXI vemos como a luta política da população LGBTI+ foi pautada na política institucional brasileira, seus avanços e retrocessos.

No terceiro capítulo vemos o que é o método em Marx, sua importância para a produção de ciência e para alcançar a essência do objeto. O método, que está para além da metodologia, é um meio para apreender o objeto em sua lógica e totalidade. Além disso, também apontamos qual o percurso do debate da questão LGBTI+ com o marxismo, como a questão foi tratada historicamente.

Por último, no quarto capítulo abordamos como a diversidade sexual e das identidades de gênero se aproximou da profissão, como suas bandeiras de luta pelo fim da opressão

LGBTI+ e por direitos civis foram incorporados pelo Serviço Social. Trouxemos também quais as atuais tendências deste debate na profissão, a partir de diferentes autores, na busca por uma compreensão global da produção sobre esta questão.

2. REFLEXÕES E DEBATES SOBRE FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: DESTAQUE PARA A REALIDADE BRASILEIRA

2.1. Uma breve reflexão sobre “família” a partir da leitura de Engels

A família é a primeira instância das relações sociais de um indivíduo. É a partir dela que temos o primeiro contato com o idioma, costumes, valores e regras. A família é tomada como a base – porque é, como veremos a seguir – da estrutura social, seus princípios formam sujeitos, que constroem e reconstruem a sociedade cotidianamente. Essa afirmação não é necessariamente uma verdade, no entanto, carece de historicidade. Retratando a estrutura familiar de tal forma pode-se, erroneamente, retratá-la como algo que precede a sociedade como um todo, como algo natural. Descansa, assim, sobre a família a responsabilidade de manter a “tradição” de sua estrutura, o que significa muitas vezes negar possibilidades de relações afetivo-sexuais outras que não sua suposta forma originária, isto é, heterossexuais. Vejamos a seguir o que de fato é a família e como podemos enxergá-la para além de sua aparência natural.

A família é, para Engels (2019), o modelo como se conformam os costumes matrimoniais de um povo em determinado nível de desenvolvimento de seus meios de produção. Para ele as diferentes formas de família encontradas em períodos passados não passam de uma forma de organizar as relações matrimoniais/sexuais⁷. Engels parte das contribuições de Morgan⁸ de que a família nunca é estacionária, “avança de uma forma inferior para uma forma superior” (Morgan, 1877 *apud* Engels, 2019, p. 47). Já os sistemas de parentesco são passivos, demoram a registrar as mudanças que a família já realizou e “só experimentam mudanças radicais depois que a família mudou radicalmente” (Idem). Independentemente do que os autores consideram como “inferior” ou “superior”, fato é que o sistema de parentesco se ossifica através dos costumes e da cultura, “a família cresce para além dele” (Engels, 2019, p.47). Tal diferenciação entre a forma de família vigente em uma determinada sociedade e seu sistema de parentesco permite, então, traçar uma linha até um

⁷ Engels parte dos relatos de viajantes e antropólogos que registraram as formas das famílias ou comunidades ao redor do mundo e identificou quatro tipos de família: família consanguínea, família punaluana, família de um par e família monogâmica. Ele seus contemporâneos partem de uma visão de mundo que divide os vários povos entre selvagens, bárbaros e civilizados e toma as sociedades não “civilizadas” como fósseis vivos de organismos sociais aos quais a sociedade europeia, de certo, já passou. Não discutiremos sobre essa forma de visualizar os diferentes povos, entendendo ser a terminologia da época em que escrevia.

⁸ Lewis Henry Morgan (1818 - 1881) foi um antropólogo evolucionista, é considerado um dos pais da antropologia moderna. Para mais informações acesse: https://en.m.wikipedia.org/wiki/Lewis_H._Morgan

suposto estágio originário onde as relações sexuais seriam irrestritas a determinada comunidade (Engels, 2019, p.48).

Mas, se excluirmos das formas mais originais de família que conhecemos as concepções de incesto vinculadas a elas – concepções que são totalmente diferentes das nossas e com frequência as contradizem frontalmente –, chegaremos a uma forma de relação sexual que só pode ser descrita como indiscriminada (Engels, 2019, p.53).

A partir deste “estágio” outras formas de organização, que conhecemos como família, surgiram. Não cabe aqui sua discussão em si, ou seus “graus de desenvolvimento”, então explanaremos apenas sucintamente suas principais características. Sua análise completa se encontra na “Origem da família, da propriedade privada e do Estado”.

A primeira elencada por Engels é a “família consanguínea”. Nesta forma, a família se organiza a partir das gerações, ou seja:

todos os avôs e todas as avós dentro dos limites da família são marido e mulher entre si, assim como seus filhos e suas filhas, ou seja, os pais e as mães, assim como os filhos e as filhas destes formarão, por seu turno, um terceiro círculo de cônjuges comuns, e os filhos e as filhas destes, que serão os bisnetos e as bisnetas dos primeiros, constituirão o quarto círculo. (Engels, 2019, p.54)

A seguir vem a forma punaluana que junto da exclusão das relações entre pai/mãe e filhos/filhas também estabelece a proibição das relações entre irmão e irmã (Engels, 2019, p.55). Essa forma de família já é capaz de abarcar o que Engels conhece por *gens*: um círculo de parentes consanguíneos pela linha feminina que não podem casar-se entre si que se consolida “por meio de outras instituições comuns, sociais e religiosas, e diferenciando-se das demais *gentes* da mesma tribo” (Engels, 2019, p.59). Devido às características do casamento grupal, só pode-se ter certeza da linhagem de um indivíduo pelo lado materno (Engels, 2019, p.58). Isso gera o que Bachofen⁹ chama de direito materno¹⁰, o que leva a uma *gens* que se reproduz e permite herança apenas pelo lado da mãe (Idem)¹¹.

⁹ Johann Jakob Bachofen (1815 - 1887) foi um jurista e antropólogo suíço. Para mais informações acesse sua biografia: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/J._J._Bachofen

¹⁰ Engels tem ressalvas quanto ao conceito de direito materno na medida em que: “mantendo essa designação em função da concisão. Porém ela é equivocada, porque nesse estágio social ainda não se pode falar de direito no sentido jurídico” (Engels, 2019, p.58).

¹¹ A nível de curiosidade, sobre a validade da análise de Engels sobre a origem da família, ele escreve sobre a importância do conceito de *gens*: “quando descobrimos que a *gens* se desenvolve não apenas necessariamente, mas até naturalmente a partir da família punaluana, só falta um passo para presumirmos como quase certa a existência pregressa dessa forma de família em todos os povos, para os quais é possível comprovar instituições gentílicas, isto é, para praticamente todos os bárbaros e povos civilizados” (Engels, 2019, p.59)

Apesar de ainda nas formas já citadas de casamentos grupais houvesse, eventualmente, a formação de pares por períodos mais curtos ou mais longos (Engels, 2019, p.63), essa forma de família somente veio a se consolidar mais tarde. Ao passo que a *gens* “ganhava forma definitiva e à proporção que aumentava a quantidade de classes de ‘irmãos’ e ‘irmãs’ entre os quais o casamento era impossível” (Engels, 2019, p.64) chegando assim até à família de um par.

Nesse estágio, um homem mora com uma mulher, mas de tal maneira que a poligamia e a infidelidade ocasionais são mantidas como direitos dos homens, mesmo que a primeira raramente ocorra, por razões econômicas; ao passo que das mulheres geralmente se exige a mais rigorosa fidelidade pelo tempo que durar a convivência, e o adultério cometido por elas é cruelmente castigado. Porém o laço matrimonial pode ser facilmente cortado por uma ou outra parte e os filhos/filhas continuam pertencendo exclusivamente à mãe. (Engels, 2019, p.64)

Pela exclusão continuada dos parentes, primeiro os mais próximos, depois até os mais afastados cujo vínculo é apenas de agregação pelo casamento, resta apenas a molécula do par, “unido ainda por um tempo por laços frouxos” (Engels, 2019, p.65). O que já evidencia que “o amor sexual individual, no sentido atual do termo, pouco teve a ver com o surgimento do casamento monogâmico” (Idem). Nesta forma de casamento vemos avanços na posição das mulheres dentro das comunidades. Engels (2019, p.67) afirma que neste momento de desenvolvimento da família e das relações de produção, a família de pares ainda manteve a economia doméstica comunista – comandada pelas mulheres. Manteve também o reconhecimento exclusivo da mãe natural, representando alta consideração pelas mulheres. Essa posição de alto reconhecimento social mudou em conjunto a mudança da forma de família.

Engels (2019, p.71-72) explica – mudando o lugar de sua análise para o “velho mundo” – que “até o estágio inferior da barbárie, a riqueza permanente se limitava praticamente à casa, a roupas, a joias brutas e a ferramentas para a obtenção e preparação da comida: barco, armas, utensílios domésticos de tipo muito simples”. Porém isso muda com a domesticação de “cavalos, camelos, jumentos, bovinos, ovinos, caprinos e suínos”, que propiciaram fontes de alimentação abundante e consequentemente maior riqueza (Engels, 2019, p.72). De início tal riqueza pertencia à *gens* (Idem), mas logo tornaram-se posse privada das famílias (Engels, 2019, p.73). Baseando-se na divisão do trabalho na família daquela época, em caso de separação as mulheres ficavam com os utensílios domésticos e os homens os meios de obtenção de alimentos e portanto o gado (Idem).

O ponto crucial destes fatos é que, de acordo com o direito materno que vigorava na família de pares, quem recebia os bens do homem – nesse caso grandes fontes de riqueza social a época, os rebanhos – eram seus parentes gentílicos – por parte de mãe – e não seus filhos, já que pertenciam a *gens* de sua mulher (Idem). Este avanço na produção de riqueza junto dos costumes – relações sociais – naquelas sociedades¹² logrou ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família e impulsionou o fim da sucessão hereditária vigente no período em favor de seus filhos (Engels, 2019, p.74). E assim foi feito:

Bastou tomar a simples resolução de que, dali por diante, os descendentes dos membros masculinos permaneceram na *gens*, mas os dos membros femininos deveriam ser excluídos, passando para a *gens* do pai. Desse modo, o estabelecimento da linhagem pela linha feminina e o direito hereditário materno foram derrubados, e a linhagem masculina e o direito hereditário masculino foram instituídos. Nada sabemos sobre como e quando essa revolução se deu entre os povos civilizados. Ela ocorreu inteiramente na época pré-histórica. Mas o fato de que ocorreu está mais do que comprovado pelos vestígios abundantes de direito materno reunidos principalmente por Bachofen [...] (Engels ,2019, p.74)

O surgimento da família monogâmica consolidou a hereditariedade masculina e o direito paterno. Ela surge a partir da dominação do homem com a finalidade de instituir paternidade inquestionável de seus filhos para, futuramente, deixar seu patrimônio a eles (Engels, 2019, p.80). O casamento monogâmico implica, assim, na necessária subjugação da posição social da mulher em relação ao homem. A mudança de paradigmas em relação a mulher que começou com implantação do direito paterno¹³ no seio do casamento de pares se assevera agora na monogamia, já que se diferencia do primeiro

pela solidez do laço matrimonial, que já não pode mais ser dissolvido quando aprovou a qualquer das partes. Via de regra, só o homem ainda pode dissolvê-lo e repudiar a esposa. O direito à infidelidade conjugal também lhe permanece assegurado, pelo menos pelo costume (o Code Napoléon o concede expressamente ao homem, desde que não traga a amante para dentro da casamatrimonial) [as], e com o desenvolvimento social crescente ele é exercido cada vez mais; se a mulher traz à memória a antiga práxis social e quer renová-la, ela é castigada com uma severidade sem precedentes. (Engels, 2019, p.80-81)

¹² “os arianos da Terra dos Cinco Rios e da região do rio Ganges na Índia, bem como das estepes dos rios Oxo e Jaxartes, naquela época ainda ricas em água, os semitas do Eufrates e do Tigre” (Engels, 2019, p.71)

¹³ Engels (2019, p.75) afirma que: “A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo femininono plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem é mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e,mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada.”

O casamento monogâmico, Engels (2019, p.84) reitera, não é fruto do amor sexual individual, “já que os casamentos, do começo ao fim, continuaram a ser atos de conveniência”. Se funda não em condições naturais, mas sim econômicas, dado que significa a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum de origem natural (Idem). As diversas formas de família encontradas ao redor do mundo nos permitem concluir que a organização familiar não é natural ou consta na “essência humana”. São construções possibilitadas por determinado desenvolvimento produtivo e são “naturais” apenas na medida em que aparecem como resposta às necessidades de organização de determinada sociedade em determinado tempo histórico. A monogamia, no entanto, para além das características já citadas, também surge como “condição econômica” por permitir a apropriação privada da propriedade uma vez tida como comum (Engels, 2019, p.84).

A sociedade capitalista propiciada pela forma monogâmica de família necessita dela ao mesmo tempo que a reitera, mantendo vivo seus antagonismos:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino. O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõem pelas e pela opressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e das contradições que nela se desdobrarão plenamente (Engels, 2019, p.84-85)

A família moderna – monogâmica – “contém em miniatura todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveriam na sociedade e em seu Estado” (Marx apud Engels, 2019, p.76). Esse modelo familiar, vemos a partir da análise de Engels (2019) exposta acima, não passa de uma das formas pelas quais os indivíduos estabeleceram suas relações afetivo-sexuais nos diferentes períodos históricos. Tornando, assim, inválidas quaisquer justificativas fixadas na natureza para legitimar opressões contra a diversidade sexual.

Assim, se a família como conhecemos hoje tem sua gênese e consolidação em um período histórico e local específicos, se diz respeito e é imbricada com um determinado modo de produção capitalista, qual a relação dessa forma de família com o Brasil? Em que implica para a população LGBTI+? Vejamos no seguinte item as respostas para tais perguntas.

2.2. O debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero no Brasil

A formação social brasileira não pode, de nenhuma forma, ser apartada do desenvolvimento capitalista mundial. Podemos considerar que o Brasil como conhecemos tem suas raízes no processo de colonização portuguesa a partir do século XVI. Esse processo é fruto da expansão e dominação europeia sobre a África, Ásia e Américas, dando o pontapé inicial para o desenvolvimento e posterior consolidação do capitalismo mundialmente. Apesar de ser esse um empreendimento econômico, a expansão do capital pelo mundo implica também na imposição da sociabilidade europeia sobre os demais povos.

Dessa forma se construíram os países capitalistas periféricos, isto é, com base na brutal violência contra as populações nativas das terras colonizadas. Seu extermínio e escravização caracterizam a “aurora da era da produção capitalista” (Marx, 2023, p. 998). Essas violências não se detêm no extermínio, escravização e tortura a que essas pessoas foram submetidas, como Marx explicita em *O Capital*¹⁴. Mas, trata-se também de violências de cunho “espiritual”, quer seja na tentativa de apagamento de suas culturas, seus idiomas e da doutrinação religiosa ou ainda do controle/proibição de sua sexualidade.

O processo de imposição cultural e religiosa sobre as pessoas que aqui tinham suas raízes e sobre aqueles e aquelas que foram sequestrados do continente africano não se deu de maneira mecânica. Não podemos entender que a prescrição do modelo cristão de mundo – no que se deve crer, como deve se portar, o que é certo ou errado – decorre simplesmente da ferrenha fé lusitana depositada no Brasil através de sua instalação nestas terras. Pelo contrário, é o instrumento, que no mundo colonial, serviu para a reprodução das nascentes relações capitalistas. Segundo Pereira (2023, p.18), o pensamento eurocêntrico de civilização é que “impunha a definição de quem era reconhecido como humano”. A Igreja Católica Apostólica Romana, na figura de Estado, respaldava a colonização da América do Sul através da definição de “quem possuía alma, estimulada pela dinâmica mercantil de expansão de seus interesses” (Pereira, 2023, p.18).

A colonização tinha, assim, a moral cristã como sua espinha dorsal. Tal moral se constitui historicamente e tem claros enlaces com as relações de poder entre Igreja e sociedade. Como exemplo disso, podemos elencar a própria sexualidade como chave de análise. De acordo com Spencer, as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram vistas como algo natural, no mundo clássico por exemplo, mas mudaram de contexto na

¹⁴ No capítulo 24 intitulado “a assim chamada acumulação primitiva”, o autor detalha parte das práticas coloniais aplicadas aos povos originários.

idade média.

No século XII Raimundo de Penaforte tentou definir como antinatural as práticas sexuais que fugissem às ocorridas entre “homem e mulher, com o uso dos órgãos apropriados” (Spencer, 1995, p.109). Também o Concílio de Latrão de 1179, “julgou necessário que se adotasse um cânone proibindo ‘aquela incontinência que é contrária à natureza’” (Idem). Vemos, inclusive, que “a partir do século XIV na Europa, a homossexualidade, já associada à heresia e à usura”, foi ligada também à feitiçaria e ao demonismo (Spencer, 1995, p. 121). Essa mudança de postura da Igreja e do Estado em relação à homossexualidade e à diversidade sexual como um todo tem a ver, além dos conflitos políticos da época, com a garantia da herança da propriedade privada dentro da família e com a necessidade de acelerar o repovoamento da Europa, já que a “sodomia”¹⁵ era vista como um impedimento a esse aumento populacional (Spencer, 1995, p.122).

No Brasil do século XVI as leis da Igreja contra a heresia, entre as quais estavam a proibição da “sodomia”, também se fizeram presentes. Como parte do empreendimento colonial, juntamente com o sistema escravocrata para dar cabo na economia colonial que tornará possível o desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, o modo de pensar e controlar a população também foram implantados. Como explica Trevisan (2018, p. 114):

[...] quase à maneira feudal, o rei português d. João III doou a capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, em 1534, e a capitania de São Vicente a Martim Afonso de Souza, em 1535, não apenas entregou a esses dois súditos uma parte das terras do recém descoberto Brasil como também deu orientações minuciosas sobre a maneira de administrar a justiça nessas partes da nova colônia.

Isso abriu espaço para a construção de um país pautado fortemente na doutrina católica, mesmo que à sua maneira. Deu também margens para a fiscalização contínua das pessoas e suas formas de se relacionar com o mundo e com parceiros e parceiras afetivo-sexuais. Isso aparece registrado nos esforços de Portugal e da Igreja em transpor o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição para a colônia. Os visitadores do Santo Ofício tinham como alvo “abusos relacionados tanto à fé e doutrina quanto à lassidão dos costumes e eventuais atos de traição política” (Trevisan, 2018, p.130). Além disso, serviram também para garantir o controle da Igreja sobre o clero nacional, evitando que respondessem mais à coroa do que ao papa (Idem).

Dessa forma, foram se construindo a moral brasileira e as definições de quais sujeitos

¹⁵ Sodomia “significa qualquer ato sexual entre dois machos” segundo Spencer (1995, p.108). Encontramos significado semelhante em Trevisan (2018, p.57), em que sodomia era o nome dado “à relação homossexual que, segundo o pesquisador Abelardo Romero, ‘grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa’”.

mereciam direitos e respeito e quais poderiam/deveriam ser repreendidos. Esse modus operandi da cultura brasileira foi construído por dois pilares principais: as punições infligidas pelo Estado e a cultura de delação entre a população. As punições serviam como uma forma de tentar frear os comportamentos tidos como inadequados e naturalizar, pelo medo e violência, a moral católica e o modelo escravista de exploração da terra. Enquanto a delação constava no direito e dever de qualquer cidadão de “fazer denúncias, garantindo-se sigilo ao denunciante, que poderia proceder por meio de carta anônima, se desejasse” (Trevisan, 2018, p.131). Parece certo inferir que essa cultura gerou sequelas que persistiram durante muito tempo após o período colonial, como por exemplo na mentalidade de que os assuntos privados do outro, em especial a diversidade sexual, são de responsabilidade e alçada coletiva.

Esse processo de violência institucionalizada nas bases do país não foi simplesmente aceito por todas as pessoas, ainda mais aquelas que eram alvo principal de sua vigilância. Mas é preciso ter em mente que as possibilidades concretas de resistência e insurgência quanto a perseguição de pessoas que fugiam a norma cisheterossexista¹⁶ eram limitadas.

Após a explanação de parte do período do Brasil colônia e sua relação com a diversidade sexual e de gênero, necessária para a compreensão da questão LGBTI+, avançaremos no tempo. Devido aos limites de tempo deste trabalho de conclusão de curso retomaremos nossa análise a partir de meados do século XXI. Isto pelo aumento dos registros referentes à diversidade sexual e de gênero no momento e também pela sua crescente relevância política e aparições nos debates públicos.

Assim, desde os anos 1950, Segundo Simões e Facchini (2009, p.63), existem formas de associação “dedicadas à sociabilidade, à diversão e à paródia”. Apesar de críticas por parte de militantes na época, essas iniciativas foram importantes para “informação, expressão e ligação de pessoas que sofriam com o estigma da homossexualidade numa época de maior clandestinidade e repressão” (Idem).

Além da construção de espaços de convívio destinado a pessoas LGBTI+, também circulou no Rio de Janeiro entre 1963 e 1969 o jornal O Snob (Simões e Facchini, 2009, p.63). A partir de O Snob outros jornais artesanais foram criados no Rio de Janeiro, como o Le Femme, Os Felinos, Okzinho e outros demais em Salvador por Wdeyon di Paula (Simões e Facchini, 2009, p.63). Podemos observar a partir da visão de Simões e Facchini (2009, p.69)

¹⁶ “A suposição de que existe um tipo de sexo ideal para um tipo de identidade e um tipo de orientação sexual (o caminho que leva um corpo com vagina a ser submisso, instável, romântico, domesticável e, consequentemente, se identificar como mulher e se atrair por homens; e outro caminho que leva um corpo com pênis a ser agressivo, racional, dominante, objetivo e, consequentemente, se identificar como homem e se atrair por mulheres) é sustentada pelo que conhecemos como heterossexismo ou heteronormatividade e, consequentemente, como cissexismo ou cisnatividade” (Ferreira; Irineu, p.26-27).

que esses jornais, em especial *O Snob*, não tinham em seu início um caráter político de reivindicações como foi o caso, mais tarde, de *O Lampião*. Era, assim, político na medida em que representava um espaço de discussões e disseminação de uma cultura própria aos homossexuais ou, ainda que se tratasse de “fofocas sobre as façanhas e desventuras de seus editores e de seus rivais” (Simões; Facchini, 2009, p.70), aparecia como um espaço de divertimento e troca de ideias.

Outra questão característica dos jornais, ou da cultura homossexual à época, era a divisão da homossexualidade entre “bonecas” e “bofes”, num modelo de hierarquia de gêneros (Simões; Facchini, 2009, p.70). Mesmo a partir dessas concepções, essa forma de organização possibilitou o desenvolvimento das concepções acerca da cultura homossexual e da organização política desses sujeitos. Exemplo disso foram as propostas de realização do Congresso de Jornalistas Entendidos em 1967 e a tentativa de Agildo Guimarães e Anuar Farah em organizar uma Associação Brasileira de Imprensa Gay em 1969 (Simões; Facchini, 2009, p.71).

Os termos “entendido”, que circulava desde 1940, e “gay”, a partir do final de 1960, eram utilizados para “designar amplamente homossexuais e lugares frequentados amplamente por homossexuais de forma mais genérica e polida, sem a carga depreciativa de ‘veado’ ou bicha” (Simões; Facchini, 2009, p.71). Esses termos carregam consigo, no período, uma nova categoria de distinção em que se “diluíam as diferenças entre o bofe-ativo e a bicha-passiva-feminina (Idem). Aparecendo, concomitantemente, com alterações no *O Snob*, anunciando que passaria, agora em sua fase final a apresentar também, “crônicas, poesias, artigos de real interesse, contos e colunas sociais sadias, sem fofocinhas. (Simões; Facchini, 2009, p.70). Essa fase de mudança nas comunidades de homens homossexuais, apesar das contradições, aponta para o fato de que a homossexualidade estava sendo pensada e ressignificada a partir das congregações nos seus espaços próprios e jornais.

No Contexto pós-promulgação do Ato institucional Nº 5 no final de 1968, “os territórios de sociabilidade homossexual eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais [...] a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas (Simões; Facchini, 2009, p.74). Pari passu, o país passava por grande efervescência artística e de contestação cultural, como exemplo Simões e Facchini (2009, p.75-74) trazem artistas como Caetano Veloso, Secos e Molhados, Ney Matogrosso e o grupo teatral Dzi Croquettes. Essas manifestações artísticas e culturais tinham forte apelo “genderfuck”¹⁷, isto é, “embaralhavam as performances

¹⁷ “*Genderfuck* busca subverter o binário de gênero tradicional misturando ou distorcendo a expressão, identidade ou apresentação de gênero de alguém” (tradução própria) Ver mais em:

tradicionais de gênero” (Simões; Facchini, 2009, p.75). Isso refletiu-se, na segunda metade dos anos 1970, com a continuidade da circulação dos jornais sobre a temática, tais como os:

[...] mimeografados cariocas Tiraninho e Conde Gay e do artesanal Little Darling (que depois mudou seu nome para Ello), do baiano Waldeyton di Paula, apareceram os folhetos paulistas Entender e Jornal do Gay, assim como o carioca Gente Gay, dos pioneiros Agildo Guimarães e Anuar Farah. (Simões; Facchini, 2009, p.78)

A grande imprensa não ficou para trás nesta crescente de manifestações culturais e de relativa visibilidade LGBTI+, Prova disso é a criação da Coluna do Meio no jornal Última Hora, assinada por Celso Curi. A coluna, já citada neste trabalho, existiu entre 1976 e 1979 e nesse período acrescentou ao interesse da grande imprensa, motivando, por exemplo, o seminário IstoÉ publicado em 1977 (Simões; Facchini, 2009, p.79).

Essa “movimentação homossexual”, como chamam Simões e Facchini (2009, p.79), entre os anos de 1950 e 1970 “desenhou os contornos gerais do processo que fez que as homossexualidades saíssem o armário e se dirigessem não só para festas, mas também para as assembleias e reuniões de pauta”. Esse processo de transformação das expressões e identificações de homossexualidade em concomitante com as mudanças sociais foi possibilitador de um movimento político homossexual iniciado em 1978 com a criação do jornal Lampião e fundação do grupo Somos (Simões; Facchini, 2009, p.80).

Novamente, a partir das análises e relato de Trevisan (2018), que esteve presente e ativo na cena política da época, vemos que as reivindicações do campo das “identidades” eram polêmicas em quaisquer campos políticos. A diversidade sexual era, por um lado, combatida, à direita – por direita entende-se a ditadura militar, como veremos adiante –, por outro, subjugada como irrelevante, à esquerda¹⁸. Simultaneamente, grupos de mulheres e pessoas negras começaram a se organizar na nova conjuntura e, junto com a sexualidade, eram demarcadas como “luta das minorias”.

O autor de *Devassos no Paraíso* elenca o *Jornal Lampião*, fundado em 1978, como uma das expressões da política da época e como uma resposta às inquietações dos homossexuais. Era um jornal feito “por e com o ponto de vista de homossexuais, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente nas bancas de todos o país” (Trevisan, 2018, p.

<https://translate.google.com/translate?u=https://www.dictionary.com/e/gender-sexuality/genderfuck/&hl=pt&sl=en&tl=pt&client=srp>

¹⁸ Apesar da importância do relato de Trevisan (2018), compreendemos que a esse “subjugo” pela esquerda não ocorreu nos mesmos padrões de enfrentamento e violência da ditadura militar brasileira. A falta de atenção da esquerda para com a questão LGBTI+ e as demais organizações da sociedade civil era resultado de uma leitura errônea da sociedade, partiam do marxismo economicista.

325). É relevante mencionar que o jornal visava debater assuntos tidos como secundário, a saber: sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo (Idem).

Outro fato relevante é o surgimento de “grupos que aglutinavam militantes” (Trevisan, 2018, p. 326), como é o exemplo do, mais tarde batizado de, Somos – Grupo de Afirmação Homossexual. O grupo reunia jovens esquerdistas e buscava uma identidade enquanto grupo social, ao passo que também buscava se “autogerir, tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade e reativar aspectos esquecidos no relacionamento grupal” (Idem). Havia uma busca por pautar sua atuação política nas próprias vivências, se afastando do centralismo de partidos de esquerda da época.

O Somos, como afirma Trevisan (2018, p. 329), reivindicava a “originalidade de nossa discussão e independência de nossa análise, não abrangidas necessariamente pela luta de classes, mas nem por isso menos preocupadas com a transformação social”. Esse posicionamento não parece estranho quando, ao relatar um debate ocorrido na Universidade de São Paulo, afirma que a posição da “esquerda universitária” partia de uma concepção de luta de classes mecanicamente maior que a sexualidade. Essa forma de enxergar a luta de classes, das duas partes acima explanadas, desconsidera a relação intrínseca entre a relação da emancipação política/humana¹⁹ a partir da sociabilidade capitalista.

Apesar da notória divergência de opiniões no período entre maciça parte da esquerda e da nascente movimento homossexual, sua luta já compartilhava de denominadores comuns. Ambos sofriam com a política institucional e com a perseguição por parte de grupos de direita que, esses sim, já viam a semelhança entre os dois movimentos. Vê-se que no ano de 1978 o citado jornal Lampião era acusado de “atentado à moral e os bons costumes” (Trevisan, 2018, p.332). Seus integrantes foram intimados e interrogados pela polícia como parte de um inquérito aberto contra eles a pedido da Polícia Federal, visando enquadrá-los na Lei de Imprensa. Paralelamente, houve esforços para tentar fechar o jornal devido a possíveis irregularidades com a Receita Federal.

Os editores do Lampião da Esquina não foram os primeiros a sofrer com esse tipo de acusação. Em 1976 Celso Curi, colunista para o jornal Última Hora fora acusado também de atentado à moral e aos bons costumes por trazer à baila a temática homossexual em sua coluna intitulada Coluna do Meio. Curi foi processado pelo Ministério Público de São Paulo, também através da Lei de Imprensa. Tal processo começou quando um agente da Polícia

¹⁹ Segundo a concepção de Almeida (2015, p.73) a emancipação humana tem em seu horizonte a plena libertação do ser social, enquanto “o limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma imitação sem que o homem *realmente* fique livre dela [...] (Marx, 2010a, p.39 apud Almeida, 2015, p.73).

Federal ao considerar “‘ofensivos’ os artigos publicados fez o inquérito administrativo e mandou para a justiça” (Trevisan, 1978, p.6-7). Curi, mais tarde, foi absolvido, abrindo precedentes positivos à causa homossexual, que apesar de não ser considerada crime no código penal era atacada através do discurso da moral. Ao tomar sua decisão, o juiz Regis de Castilho Barbosa afirmou que:

[A] justiça não tem como escopo abrigar exigências extraordinárias de um pudor hipertrófico [...] em virtude de princípios particularmente rígidos e afirmou não considerar crime que homossexuais procurassem se impor como segmento estruturado dentro da sociedade (Trevisan, 2018, p.333).

Já em 1979 surgiram panfletos anônimos em bancas de jornais exigindo que cessassem as vendas de jornais alternativos e de revistas ou jornais pornográficos, listando o *Lampião* entre os demais. Esse intento foi atribuído a grupos que se auto intitulavam Falange Pátria Nova, Brigadas Moralistas e Comando de Caça aos Comunistas. Diferentemente dos que “atentam contra a moral e os bons costumes”, esses não foram investigados (Trevisan, 2018, p.333).

O nascente movimento homossexual²⁰ também continha dentro si disputas que moldaram a forma como a pauta foi se construindo na sociedade. O melhor exemplo disso foram os atritos dentro do *Somos* entre os homens e mulheres que o compunham. Tais atritos se tratavam, na verdade, de posturas discriminatórias e machistas no tratamento das mulheres do grupo “pelas bichas em geral” (Trevisan, 2018, p.332). Essas atitudes culminaram em “um processo de organização de mulheres lésbicas para o enfrentamento da reprodução da hierarquia sexista própria da estrutura social” (Trevisan, 2018; Fry; Macrae, 1985 apud Campos, 2024, p.41). Assim nasce o *Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf)* (Fry; Macrae, 1985, apud Campos, 2024, p.41). Esse não foi o único motivo para a cisão das mulheres do *Somos*. Justificou-se também a criação do *Galf*, no nº 15 do *Lampião* em agosto de 1980, pela “necessidade de sua organização independente em vista da especificidade de sua questão feminista, tentando equilibrá-la com a homossexualidade e, ao mesmo tempo, conhecendo divergências entre elas próprias” (Simões; Facchini, 2009, p.107).

Esse processo demonstra um amadurecimento político²¹ das mulheres do Somos,

²⁰ Temos concordância com Campos (2024, p.33, nota de rodapé n.14) quando afirma que: “ao utilizar homossexual neste momento, faz referência direta às primeiras formas de reconhecimento das identidades que hoje nomeamos enquanto LGBT. À época, o termo homossexual se vinculava às diferentes homossexualidades, tanto a feminina quanto à masculina, bem como às travestis. Ainda que elas fossem nomeadas assim, ficavam compreendidas no termo homossexual.”

²¹ Podemos ver elementos desse amadurecimento no comunicado de saída do LF do Somos em excerto do *Lampião* trazido à baila por Simões e Facchini (2009, p.107): “Não cabíamos no Somos enquanto mulheres...

chamadas antes da cisão de grupo *Lésbico-Feminista (LF)* (Simões; Facchini, 2009, p.104). O amadurecimento político, tanto do *LF* quanto do *Somos* como um todo, rendeu forte atuação política quando da aproximação do grupo com o jornal *Lampião*, possibilitado por João Silvério Trevisan, integrante de ambos (Simões; Facchini, 2009, p.103). Tal processo possibilitou, além de publicações do *Lampião* em parceria com o *Somos*²², a organização de um Encontro de Homossexuais Militantes, promovido pelo jornal e com a participação de diversos grupos organizados em 1979²³. Também cabe citar que a parceria implicou na colaboração dos integrantes do *Somos* na circulação do jornal e na formação da Comissão em Defesa do *Lampião* (Simões; Facchini, 2009, p.104). Essa comissão, em conjunto com a participação formal do grupo no ato público de comemoração ao Dia de Zumbi “foram as primeiras tomadas de posição política que o grupo fazia em público” (Idem). O ato público citado foi organizado pelo Movimento Negro Unificado em 1979 e denota uma importante articulação do movimento homossexual para com os demais grupos dos ditos novos movimentos sociais.

Outras participações políticas de relevância do *Somos* incluem a participação a organização e debates do II Congresso da Mulher Paulista em 1980, principalmente na figura do *LF* e o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) (Simões; Facchini, 2009, p.105-106). O EGHO foi fechado para integrantes dos grupos participantes²⁴ e convidados, sendo coberto exclusivamente pelo jornal *Lampião* (Simões; Facchini, 2009, p.106). Também foi palco de “discussões longas e acirradas” evidenciando que entre seus integrantes haviam simpatizantes de partidos políticos

Temos que nos organizar separadamente para atender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas... Isso não significa, porém, que estamos fora do movimento ou que sejamos apenas um grupo feminista... Trouxemos para o movimento homossexual o cunho revolucionário do movimento feminista... Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas nos acrescentou novas frentes de luta... Enquanto estivemos ilhadas em um grupo masculino, nossas atenções foram repartidas em função do inimigo comum: o machismo. Com nossa autonomia, concomitante ao crescimento do grupo, as diferenças entre nós se acirraram, já que passamos a nos preocupar com uma série de diferenças que antes não tínhamos nem condições de aprofundar. Então, se por um lado a autonomia nos deu maior liberdade de atuação e profundidade, por outro, também, aumentou a responsabilidade de nos reconhecermos e de convivermos com uma série de divergências nunca afloradas, por falta, inclusive, de um espaço específico.”

²² Tais como: a cobertura dos debates sobre o “Caráter dos Movimentos de Emancipação” nas ciências Sociais da USP (edição nº 10), um texto sobre a experiência de um ano de existência do *Somos*, com destaque para a reportagem principal, “Amor entre mulheres” produzido em grande parte por lésbicas organizadas no grupo (edição nº12), e a reportagem “homassexuais se organizam” com entrevistas de integrantes do Somos e dois textos onde o grupo em conjunto com o *Libertos* traziam suas metas, organização e métodos (Simões; Facchini, 2009, p.103-104).

²³ Somos - SP, Eros - SP, Somos / Sorocaba - SP, Libertos / Guarulhos - SP, Somos - RJ, Auê - RJ, Beijo Livre / Brasília - DF, Grupo de Afirmação Gay / Caxias - RJ, Grupo 3º Ato / Belo Horizonte - MG (Simões; Facchini, 2009, p.104).

²⁴ Somos - sp, Eros - sp, Libertos / Guarulhos - SP, Somos / Sorocaba - SP, Somos - RJ, Auê - RJ, Beijo Livre / Brasília - DF (Simões; Facchini, 2009, p.106).

de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partidos Comunista do Brasil (PCdoB) e Convergência Socialista, anexada ao PT (Idem). Essa maior aproximação entre os partidos de esquerda e o *Somos* provocou mais um racha no movimento. O grupo, ao não conseguir consenso a respeito de sua participação na manifestação em apoio aos grevistas do ABC paulista, provocou grandes tensões entre seus integrantes (Simões; Facchini, 2009, p.107). Parte de seus integrantes compareceram à manifestação e outra promoveu um piquenique no parque Ibirapuera (Simões; Facchini, 2009, p.107). Assim, na reunião geral de 1980 6 integrantes do grupo se separaram e criaram outro “Grupo de Ação Homossexualista” chamado *Outra Coisa* (Idem).

O processo de luta política desses movimentos não se dá de forma evolutiva e apesar desses avanços as tensões continuaram acontecendo. Ao longo desse tempo as investidas conservadoras por parte da sociedade civil e do Estado não cessaram. Segundo Simões e Facchini (2009, p.74) nos “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar aumentaram os casos de violência e repressão no âmbito dos costumes, em atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário por parte dos “esquadrões da morte”. Em especial quanto a população LGBTI+: “os territórios ampliados de sociabilidade homossexual Eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais desse tipo, a pretexto de combate à vadiagem e a tráfico de drogas” (Idem).

Okita (2007) na obra *Homossexualidade: da opressão a libertação* corrobora essas alegações de Simões e Facchini (2009) sobre o período ditatorial no país. Afirma que o Estado utilizou, enquanto estava em vigor, a implementação do AI-5 para discriminar homossexuais (Okita, 2007, p.82). O autor (Okita, 2007, 84-85), trás novamente a perseguição contra LGBTI+ nos lugares em que frequentam, como o Projeto Rondão – também conhecido como operação limpeza que veremos a seguir – em que “bastava encontrar um homossexual visível nas ruas para levá-lo à prisão, ainda que apresentando documentos suficientes para comprovação de ‘honestidade’”. Além da violência nas ruas, quando presas as pessoas LGBTI+ estavam condenadas a tratamentos mais repressivos que aos demais detidos, sofrendo inclusive com violências físicas e sexuais destes (Okita, 2007, p.85).

Junto das repressões físicas a ditadura militar também contava com o respaldo de tais violências:

Na grande imprensa, a questão da homossexualidade está sempre ligada à criminalidade. Os jornais dedicados ao noticiário policial, principalmente, colocam-se claramente anti-homossexuais, promovendo os crimes praticados por eles e usando uma linguagem desmoralizante e agressiva ao se referir a

estes casos. Jamais se lê uma manchete: "Heterossexual mata amante" (Okita, 2007, p.85-86).

A ditadura militar, em especial após 1968, passou a retirar dos programas de televisão a figura do “homossexual”(Okita, 2007, p.86), mesmo nos casos estereotipados em que “provoca risos e não uma pessoa como todas as outras, como um oprimido igual a todos” (Idem).

No período, de modo geral, a discriminação contra pessoas LGBTI+ era alta. Desde estratégias de assessorias de recursos humanos para “detectar a homossexualidade nas pessoas entrevistadas” (Okita, 2007, p.83). E caso pessoas LGBTI+ fossem contratadas o patrão teria o direito de demiti-las sem maiores explicações (Idem). Até o desrespeito e mau tratamento inclusive com a caracterização de pessoas LGBTI+ como doentes pelo INPS “com implicações nas fichas para trabalho, tratamento médico, documentos etc.” (Okita, 2007, p.84). A ditadura impediu também a continuação de Rogéria²⁵ Na novela *Espelho Mágico* e censurava filmes que se propunham a “discutir a questão homossexual seriamente, sem apelos comerciais [...]” (Okita, 2007, p.86-87).

Não é possível analisar a história do movimento LGBTI+ e das pessoas LGBTI+ sem falar na utilização da polícia em sua perseguição pelo Estado. Independente da existência ou não de proibição legal essa força foi/é utilizada de modo a coibir a socialização, e por isso possível organização política de pessoas LGBTI+.

A exemplo disso temos os confrontos ocorridos no *Ferro's Bar*. O bar surgiu em 1961 e já no final da década de 1960 era referência para a comunidade lésbica, se tornando importante espaço de socialização de pessoas LGBTI+ (Ferreira; Irineu, 2024, p.99; São Paulo). O *Ferro's* tornou-se também espaço de organização política. Nele circulava o jornal *Chana com Chana*, que tinha foco nas mulheres lésbicas e era publicado pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF) e, mais tarde, pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (Ferreira; Irineu, 2024). Já em 1983 com as constantes batidas policiais, que expulsavam suas frequentadoras e confiavam os materiais de circulação LGBTI+, e a proibição da venda do *Chana com Chana* pelos proprietários do bar que deu início à revolta²⁶ (Ferreira; Irineu, 2024, p.99; São Paulo).

Outro momento importante para a história do movimento LGBTI+ no Brasil que ocorreu como forma de resistência direta à repressão policial foi à passeata contra a

²⁵ “foi uma atriz, cantora, apresentadora e maquiadora brasileira. Se auto intitulava jocosamente como ‘a travesti da família brasileira’”. Sua biografia completa se encontra em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rog%C3%A3ria>.

²⁶ “O Stonewall brasileiro ocorreu em 19 de agosto de 1983 a partir da leitura de um manifesto contra a repressão e pelo direito das mulheres lésbicas, diante da imprensa e da polícia” (Ferreira; Irineu, 024, p. 99).

“Operação Limpeza”. Era uma operação da ditadura militar executada pela Polícia Civil de São Paulo, capitaneada pelo delegado José Wilson Richetti, que visava expulsar os frequentadores noturnos do centro da cidade (Simões, Facchini, 2009, p.111). O ato público foi realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo em 13 de junho de 1980 (Idem). Considerado a “primeira manifestação de rua do movimento homossexual no Brasil!”, a manifestação contou fragmentos do Somos e representantes dos movimentos feminista e negro. (Simões, Facchini, 2009, p.112).

O movimento homossexual passou por grande reorganização a partir dos anos 1980.

Na primeira metade da década de 1980, verifica-se uma drástica redução do número de grupos. Dos dezesseis presentes ao encontro preparatório do II Egho, mencionados, apenas sete sobreviviam quando o II Egho foi finalmente realizado, em Salvador. (Simões; Facchini, 2009 p.113)

Com o enfraquecimento e desaparecimento de alguns grupos, em parte também pelo fim do jornal *Lampião*²⁷, e com a chegada da epidemia de Aids, o movimento homossexual começou uma nova fase. Essa segunda geração de militantes intensificou sua atividade política em outro modelo de atuação, buscando uma atuação mais incisiva no campo institucional e se afastando de posições ideológicas de esquerda ou anarquistas (Simões; Facchini, 2009, p.117). Entre seus principais expoentes temos o Grupo Gay da Bahia (GGB), o grupo Triângulo Rosa e o grupo Atobá. Os grupos, em especial o GGB e o Triângulo Rosa, deram seguimento nas propostas aprovadas e discutidas no primeiro EGHO e EBHO.

O GGB foi o primeiro grupo a pôr em prática, em 1981, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), assumindo a sua coordenação e encaminhamento concreto. A mudança foi sancionada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. (Simões; Facchini, 2009, p.121)

Ademais, o GGB e o Triângulo Rosa também comentaram campanha dedicada a proibição da discriminação por “opção sexual na Constituição Federal de 1988 (Simões; Facchini, 2009, p.122). Apesar da derrota, a proposta foi contemplada nas Constituições estaduais de Sergipe e Mato Grosso e em 27 leis orgânicas municipais (Simões; Facchini, 2009, p.123). Segundo Simões e Facchini (2009, p.125), a atuação mais institucional da segunda onda do movimento homossexual eram vistas como políticas, em contraposição as

²⁷ Que “deixou os grupos homossexuais órfãos do principal meio de comunicação pelo qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento” (Simões; Facchini, 2009, p.110).

atividades da primeira. A problemática está contida no fato de que, de acordo com relatos colhidos na pesquisa de Cristina Luci Câmara da Silva sobre o Triângulo Rosa, a política passou a ser enxergada pelos militantes como algo pragmático e referida pela atuação institucional (Simões; Facchini, 2009, p.124-125).

Essa aproximação com a política institucional, bem como as dificuldades financeiras para a organização dos grupos, levou alguns deles a se institucionalizar em como Organizações da Sociedade Civil (OSC). A exemplo temos o GGB, Triângulo Rosa, Atobá e o Galf (Simões; Facchini, 2009, p.118; 115-116). Para Campos (2024, p.49) essa “profissionalização da militância” se torna um problema na medida em que os movimentos ou Organizações Não Governamentais (ONG) tomam os referenciais de organismos internacionais como o Banco Mundial, como seu horizonte. Continuam a crítica dizendo que:

Pode-se afirmar que no início do século XXI, as organizações de maior visibilidade, vão buscar, dentro dos limites postos pelo Estado neoliberal, propor ações mobilizações, assumindo a disputa pelas regras institucionais e de poder políticos instituições do Estado, esvaziando as lutas sociais com viés radicalmente transformador (Campos, 2024, p.49; Santos, 2017, apud Campos, 2024, p.49)

Essas tensões, avanços e disputas pela cena política no movimento LGBTI+ o levaram a esse cenário. A maior possibilidade de incisão das ações do movimento com a chegada do século XXI, garantida justamente por sua atuação em momentos anteriores, se deparou com um momento em que a disputa institucional tornou-se o ápice. A política institucional possibilita, é claro, oportunidades valiosas de ação. O que aparece como problemático deste processo é a obtenção de tal espaço como fim último da luta social. Vejamos a seguir como isso ocorreu.²⁸

2.3. Diversidade sexual e identidade de gênero na política brasileira: avanços e percursos no século XXI

A luta em prol das pautas da diversidade sexual e das identidades de gênero no século XXI se intensificaram dentro da política institucional brasileira. Isso ocorreu, em um

²⁸ É importante lembrar que os anos 1990, apesar de não abordarmos a década em sua completude, não foi um período estanque para os movimentos sociais. Mesmo com a institucionalização dessas organizações esse processo não foi uniforme e não abarcou todos os movimentos, tão pouco se caracteriza como algo necessariamente problemático.

primeiro momento, pela aproximação entre Estado e movimentos sociais através do “terceiro setor”. De acordo com Ferreira e Irineu (2024, p.125), a partir das análises de Gohn (1997), a partir de meados dos anos 1990, mesmo com a visão do governo como um inimigo “figura uma nova postura dos movimentos sociais de um modo geral, em que eles passam a ser coparticipantes das políticas públicas”. Esse processo resultou em uma captura de seus agentes pelo Estado e enfraqueceu as ações políticas dos movimentos sociais mais combativos, já que surgiram muitos outros interessados em aliar-se ao poder estatal (Ferreira; Gershenson, 2013 *apud* Ferreira; Irineu, 2024, p.125).

A mudança de paradigmas dos movimentos sociais LGBTI+ não ocorreu desvinculada da política nacional²⁹. Quer dizer, os movimentos não se alinharam ao Estado de modo abstrato, esse processo, em determinadas instâncias, foi mais incisivo, por exemplo, com o Partido dos Trabalhadores.

Parte importante das mudanças ocorridas no cenário dos movimentos LGBTI+ no Brasil, ainda nos anos 70, foi uma “possível cooptação pelo movimento sindical por militantes do grupo que compunham a Convergência Socialista” (Green, 2014 *apud* Irineu, 2021, p.569). No período, a Convergência Socialista³⁰ era a única organização de esquerda a criticar a discriminação contra pessoas homossexuais a partir de sua “Facção Homossexual”³¹. A Facção Homossexual “embora simplista na avaliação de Green (2014), foi, por ele mesmo, considerada avançada para época, no qual destaca-se o apoio ao PT” (Irineu, 2021, p.569). Esse apoio somado a criação do primeiro núcleo LGBTI+ do PT em 1992 e a Setorial Nacional LGBTI+ em 2010 registram uma aliança histórica entre o

²⁹ Desde sua origem, duas lógicas distintas convivem em tensão, são elas: a de identidade e a de experiência. Essas lógicas materializam no cotidiano da ação política a maneira, sobretudo, de como a diferença opera socialmente. A transição de um ativismo centrado na identidade para o centramento na experiência de imbricação entre classe social, sexualidade, raça e gênero pode nos dar elementos analíticos para interpretar essa mudança como “salto ontológico”¹⁵ (Lukács, 2012), já que resultaria na alteração de táticas e estratégias, por parte do ativismo, focadas exclusivamente em um “reconhecimento sem ética” (Fraser, 2007)” (Ferreira; Irineu, 2024, p.123)

³⁰ “A Convergência Socialista (CS) foi uma organização trotskista brasileira, ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI), organização internacional dirigida por Nahuel Moreno. A CS existiu no Brasil entre 1978 e 1992.” Para ver mais, acesse: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Converg%C3%A3o_Socialista#:~:text=A%20Converg%C3%A3o%20Socialista%20foi,Brasil%20entre%201978%20e%201992.

³¹ “Quando a Convergência Socialista foi fundada em agosto de 78, inclui-se no seu programa a luta contra a discriminação do homossexual. Em julho de 79 formou-se um grupo de homossexuais dentro da CS que se propunha a analisar a opressão e discriminação com métodos marxistas para partir para a ação concreta nesse sentido. Com a formação desse grupo, a CS tornou-se a primeira organização política da América do Sul a adotar a luta homossexual não só na teoria do seu programa, mas também na prática.” (Facção Homossexual CS, Boletim nº 01, abril de 1981). Mais informações disponíveis no CEDOC (Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott) através do link: https://cedoc.grupodignidade.org.br/faccao-homossexual-da-convergencia-socialista/?perpage=12&view_mode=cards&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=1.

movimento LGBTI+ e o Partido dos Trabalhadores³².

A proximidade entre movimentos sociais LGBTI+ e o Estado – em especial com o PT – e o caráter inédito da criação de uma “agenda anti-homofobia” (Irineu, 2014a apud Ferreira; Irineu, 2024, p.126) “fez com que parte do ativismo LGBTI+ se comovesse e retrocedesse na crítica à gestão presidencial de Lula e de Dilma”. Ademais, a visão do governo Lula, por setores do ativismo LGBTI+ alinhados à programática do partido “esconde uma perspectiva paternalista que, em minha análise, contribuiu para a baixa institucionalização da política LGBTI+ no Brasil” (Irineu, 2021, p.570). Esse conjunto de fatores minou a combatividade em momentos de recuo do governo frente ao conservadorismo, como por exemplo com o veto ao “kit escola sem homofobia” e o engavetamento do projeto de lei de criminalização da homofobia (Ferreira; Irineu, 2024, p.126).

Apesar dessas e demais críticas, ou ainda impulsionadas pela dependência do orçamento de organismos internacionais³³ para a realização dessas políticas (Ferreira; Irineu, 2024, p.126) – podemos observar avanços da “agenda” LGBTI+ nos governos petistas. A exemplo desses avanços podemos observar – também como resultado do “reconhecimento das desigualdades sociais como fruto de cicatrizes históricas, objetivando a distribuição igualitária dos direitos sociais” a partir da Constituição de 1988 (Couto, 2004 apud, Ferreira; Irineu, 2024, p.125) – a criação da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual na Câmara dos Deputados em 2003 e do Programa Brasil sem Homofobia de 2004³⁴ (Ferreira; Irineu, 2024, p.125).

Ferreira e Irineu (2024, p.127-128) sistematizam as legislações, as regulamentações e a política LGBTI+ no Brasil:

³² Apesar desse movimento do PT ser considerado por Irineu (2021, p.269-270) como tardio, a autora também chama a atenção para o fato de “a partir da eleição de 2002 até às eleições de 2014, se percebe um crescimento nas candidaturas LGBT que assumiram compromisso com as demandas do segmento, onde majoritariamente pleiteiam o cargo de vereador/a (89,1%), sendo o PT aquele com maior parte das candidaturas (19,8%)”.

³³ De acordo com Irineu (2019 apud Ferreira; Irineu ,2024, p.126) as iniciativas que articularam os programas e planos LGBTI+ eram dependentes financeiramente de organizações como ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a Organização Pan-Americana da Saúde, vivendo uma “descontinuidade típica de uma área politicamente secundária”.

³⁴ “O primeiro instrumento específico de políticas e ações foi o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), datado de 2004, no Governo Lula. Tal programa tinha como escopo o combate à violência e à discriminação contra GLBT (termo utilizado à época), bem como a promoção da cidadania homossexual (Brasil, 2004), contando com 53 ações divididas em 11 eixos voltados para capacitação de ativistas, disseminação de informações, incentivos às denúncias de violações de direitos, dentre outras previsões (Irineu, 2016). O BSH previa a realização da I Conferência Nacional GLBT, da qual, por meio de suas deliberações, criou-se o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, em 2009. O objetivo era orientar a construção de políticas públicas de inclusão e combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e pela transversalidade (Brasil, 2009).” (Ferreira; Irineu, 2024, p.125 - nota de rodapé n.18)

Tabela 1: Legislações, regulamentações e políticas LGBTI+ no Brasil (2000-2021)

Ano	Documentos oficiais da política LGBTI+
2000	Instrução Normativa do INSS reconheceu direito LGBTI + quanto à pensão por morte
2002	Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II)
2004	Programa Brasil sem Homofobia (BSH)
2009	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT
2010	Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT
2010	STJ reconhece direito à adoção por casais homossexuais na mesma classe dos heterossexuais no Regime Geral de Previdência Social
2011	STF reconhece direito à união estável e STJ o direito ao casamento para casais homossexuais
2012	Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT
2013	CNJ edita a Resolução 175, obrigando cartórios registrarem uniões e casamentos de casais homossexuais
2013	Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra LGBT;
2013	Decisão do STF sobre interrupção de gravidez em casos de anencefalia
2015	2015 Lei n. 13.104, altera o Código Penal para previsão do crime de feminicídio
2015	Decisão do STF sobre direito ao uso de banheiros conforme identidade de gênero, no Recurso Especial 845.779
2015	Decisão do STF que reconhece direito à identidade de gênero, possibilitando alteração do registro civil não vinculada à cirurgia de redesignação, à autorização judicial ou ao laudo psiquiátrico
2018	Decisão do STF que criminaliza a homotransfobia a partir da equiparação

	da LGBTI+fobia ao crime de racismo
2019	Decisão do STF quanto à doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens
2020	Decisões do STF sobre "ideologia de gênero" nas escolas.

Fonte: elaborado com base em Irineu (2023a) e Oliveira (2021).

Para além dos significativos avanços³⁵, no âmbito da política pública brasileira também encontramos grandes investidas dos setores conservadores. De acordo com Irineu (2021, p.567):

O avanço destas pautas na esfera pública foi determinante para os contra-ataques de setores conservadores, que já em meados desta mesma década organizavam-se no Legislativo para barrar projetos pró-direitos sexuais e reprodutivos e propor leis que retrocedem a equiparação de direitos às pessoas LGBT e mulheres. Quase quinze anos depois, o atual contexto de ofensiva antigênero no Brasil é intensificado com [o] processo eleitoral que levou Jair Bolsonaro à presidência do país.

O enfoque na figura de Bolsonaro não é em vão. Por exemplo, quando pensamos no orçamento destinado a política nacional LGBTI+ percebe-se diminuição desde os governos petistas. Comparando os governos Lula e Dilma vê-se que houve significativa redução nos recursos, com impacto maior ainda no governo Temer, após o impeachment de Dilma, e chegando a nenhum recurso destinado para as ações LGBTI+ no governo Bolsonaro (Ferreira; Irineu, 2024, p.128). A chegada de Bolsonaro à presidência não reflete somente a uma guinada conservadora no Brasil como reação aos avanços das pautas no campo dos direitos humanos, mas também um avanço do projeto de poder neoliberal.

As próprias ideias neoliberais promovem o surgimento da extrema-direita ao adotar um discurso de liberdade que, na prática, justifica exclusões e violações de direitos. Esse discurso visa garantir a hegemonia de grupos sociais brancos, masculinos, heterossexuais e cristãos. O interesse na expansão do capital muitas vezes leva à demonização da justiça social, culpando-a pelo suposto declínio moral, pela falta de empregos e acusando as

³⁵ Vale ressaltar que para Irineu (2021, p.569) esses avanços “sofrem com a instabilidade da ausência de um marco legal constitucional agravados pelo atual contexto de imunização do Estado às pressões populares, implantadas no decurso das gestões Lula e Dilma, cuja culminância se deu no impeachment articulado a um “golpe jurídico-parlamentar” que instituiu o governo Temer. Vale ressaltar que este processo político que o país vivencia hoje foi produto do desgaste da política conciliatória e reformista adotada pela programática petista que transitou de um projeto de “pacto social” a um projeto de “concertação social”, que contribuiu para a “blindagem do regime democrático-liberal” (Demier, 2017).”

políticas igualitárias de recompensar aqueles que não “merecem” (os chamados “maus cidadãos”). (Ferreira; Irineu, 2024, p.129)

As investidas neoliberais galgaram seu caminho na política brasileira tendo a condenação moral das pautas pelos direitos humanos – entre elas as lutas pelos direitos LGBTI+ e pela equidade de gênero – ao mesmo tempo como fim e meio. Ferreira e Irineu (2024, p.130) sintetizam essa “ofensiva antigênero no Brasil” em quatro momentos: ápice a política conciliatória do PT (2000 - 2009); fortalecimento dos setores antidireitos (2010 - 2013); esgarçamento da política de conciliação do PT (2014 - 2016) e; êxito no uso de “ideologia de gênero” (2017 - 2020). Vemos, ao olhar a totalidade das movimentações em torno da temática da diversidade sexual e da identidade de gênero, que no século XXI existiram grandes avanços e ao mesmo tempo retrocessos no âmbito da política institucional. Esse não é uma contradição única do Brasil ou desta temática, mas sim da forma como a história é feita, ou seja, a síntese de movimentos contrários que se impulsionam mutuamente³⁶. Isso não significa, no entanto, que exista harmonia entre as parcelas progressistas, revolucionárias, contra-hegemônicas e as parcelas conservadoras, reacionárias, hegemônicas.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2018 foi um dos momentos em que os campos conservadores tomaram a frente na disputa política do país. Essa eleição foi resultado, dentre outras coisas, de uma coexistência na programática dos governos do Partido dos Trabalhadores de ideias conservadoras (Irineu, 2021, p.572). Tal programática contava com um núcleo econômico “gerido por elites políticas consolidadas no legislativo, enquanto o núcleo social foi gerido por elites políticas da sociedade civil organizada” gerando disputas internas entre representantes do núcleo social com a agenda conservadora articulada ao fundamentalismo religioso (Idem). Irineu (2021, p.572) nota que:

Demier (2017) interpreta tais arranjos como um processo de privação das demandas populares por ampliação de direitos, com corte reformista e que determinou o atual contexto onde os grupos minoritários acabaram “tornando-se praticamente órfãos de representatividade nas instituições do regime” (p. 63) democrático.

³⁶ Não pretende-se com isso dizer que o movimento da história é algo “natural”, que acontece independentemente de nossas ações já que as forças históricas (ou as classes) “se impulsionam mutuamente”. Apesar de determinantes ou influências a história é feita por meio de ações, ou melhor, não existe inércia quando falamos que mudança política. Nas palavras de Ferreira e Irineu (2024, p.124): “Inspirando-nos em Iasi (2011), para refletir sobre movimentos sociais e emancipação, é importante destacar que há um equívoco comum ao pensar que a transformação social ocorrerá de maneira inevitável, independentemente das condições históricas concretas. Isso implica a crença de que o esclarecimento humano e a consciência de classe surgirão de forma natural e inherentemente humana.”

Com a eleição de Bolsonaro em 2018, além da não utilização de recursos com políticas LGBTI+ (Ferreira; Irineu, 2024, p.128) o, à época, presidente mostrou-se como um combatente da ofensiva anti-gênero, deturpando o Plano Nacional LGBTI+ e o kit Escola Sem Homofobia vetado por Dilma e outros documentos oficiais dos governos petistas (Ferreira; Irineu, 2024, p.130). Atitudes semelhantes com sua estratégia de compartilhamento de fake news durante o período eleitoral (Idem). Além do mais, sua gestão reduziu drasticamente o número de mulheres no alto escalão do governo, uma das poucas sendo Damares Alves, “ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ministério que agregou as principais pautas relacionadas à retórica antigênero daquele governo” (Idem).

Para a visualização das medidas tomadas pelo Governo Bolsonaro que representam retrocessos para a população LGBTI+, segue o levantamento realizado para os anos 2019 - 2020 por Irineu e Oliveira (2011, apud, Ferreira; Irineu, 2024):

Tabela 2: Retrocessos para população LGBTI+ no Governo Bolsonaro (2019-2020).

Extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, órgão do MEC responsável pela promoção de ações transversais sobre gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências e condição geracional.	Jan. 2019	Ministério da Educação (MEC)
Retirada da diretriz de promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ na reestruturação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — MMFDH.	Jan. 2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Ministra Damares Alves discursa em sua posse que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e que em sua gestão “meninos voltarão a ser príncipes e meninas princesas”.	Jan. 2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Reorientação das campanhas específicas de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis — IST/aids —, desconsiderando as especificidades da população de homens gays e bissexuais, travestis, mulheres LBT e homens trans. A justificativa do novo ministro é “não ofender as famílias”.	Fev. 2019	Ministério da Saúde (MS)
Extinção do Departamento de HIV/Aids, que passou a ser Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.	Mai. 2019	Ministério da Saúde (MS)
Extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD).	Jun. 2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Ancine proíbe o financiamento de filmes com temática LGBTI.	Ago. 2019	Agência Nacional de Cinema (Ancine)
Cancelamento do vestibular com cotas destinadas a pessoas	Set.	Ministério da Educação

trans na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).	2019	(MEC)
Ministro Milton Ribeiro se pronuncia sobre suas intenções de mudança acerca da educação sexual nas escolas e atribui “homossexualismo a famílias desajustadas”.	Set. 2019	Ministério da Educação (MEC)
Não convocação e não realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT prevista para o final de 2019 pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT).	Dez. 2019	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
MMFDH lança campanha #tudotemseutempo, que estimula a abstinência sexual como método contraceptivo.	Fev. 2020	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Advocacia-Geral da União (AGU) entra com pedido de revogação da decisão do STF que equiparou a discriminação à LGBTI ao racismo.	Out. 2020	Advocacia-Geral da União (AGU)

Fonte: extraído de Irineu e Oliveira (2021).

Os ataques do Governo Bolsonaro aos direitos reprodutivos e sexuais, alvo proeminente de movimentos anti-igualitários visam aprofundar perpetuar outras formas de desigualdade, como as de classe e as étnico-raciais (Ferreira; Irineu, 2024, p.132). A nova direita – composta pela fusão do neoconservadorismo e neoliberalismo – “indica que a democracia, a soberania política que sustenta os Estados modernos, e as políticas sociais estão em risco” (Brown, 2006 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.132). Esse processo é resultado da expropriação do poder “por forças globais supra-estatais em prol do capital financeirizado” (Pereira, 2020 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.132-133). Ferreira e Irineu (2024) afirmam que a forma como Bolsonaro governou durante a pandemia e as ações de Damares no impedimento em casos de aborto legal em casos de estupro são exemplos de um processo de desdemocratização (Brown, 2015 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.133). Processo esse que está ligado ao desgaste neoliberal dos pilares da democracia por meio de iniciativas que “minam instituições, regras, normas e direitos” (Ferreira; Irineu, 2024, p.133). Nessa mesma esteira os autores (Idem) afirmam:

Isso resulta, conforme argumentado por Dardot e Laval (2016), em uma mudança implícita nos valores políticos e econômicos, por meio de intervenções que afetam práticas, instituições e hábitos democráticos. Essas táticas, fundamentadas na racionalidade neoliberal, fazem com que a lei e os dispositivos jurídico-legais se tornem veículos para difundir valores e princípios que concebem a cidadania e a democracia sob uma ótica

exclusivamente econômica. Isso tem o potencial de minar as organizações populares e a própria ideia de solidariedade que está no cerne da democracia.

Já no mais recente Governo Lula – sua terceira vitória presidencial no ano de 2022 – vemos a volta da atenção governamental para a população LGBTI+. A partir de 2023 a área LGBTI+ foi integrada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) como uma Secretaria Nacional subdividida em coordenações de Proteção e Promoção dos Direitos e o Conselho Nacional LGBTI+ foi restabelecido e recomposto por diversas organizações nacionais (Ferreira; Irineu, 2024, p.133). Essa Secretaria Nacional foi assumida por Symmy Larrat, que se destacou por sua atuação no Transcidadania um “programa de transferência de renda com enfoque na inclusão de pessoas trans” (Idem). Outras ações desta gestão, a partir da atuação da Secretaria Nacional incluem: a convocação para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras (LGBTQIA+); Um mapeamento de iniciativas de empregabilidade LGBTI+; o lançamento do “Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+”, junto ao instituto Matizes³⁷ (Ferreira; Irineu, 2024, p.133-134).

A partir desses 20 anos de política nacional LGBTI+, Ferreira e Irineu (2024, p.134), realizam um balanço sobre os caminhos para a construção de políticas públicas LGBTI+ mais efetivas. A partir e Irineu (2019 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.134) indicam três sugestões para pensar o assunto: a primeira diz respeito à construção de uma política de Estado e não de governo “prevendo criação de um fundo público específico e com a descentralização de recursos por meio do pacto federativo”; em segundo lugar indicam a necessidade de transversalizar as questões de gênero nas políticas setoriais e garantir a intersetorialidade nas políticas LGBTI+; e por último criticam a criação de um Sistema Nacional para essa política nos moldes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) já que “parece incongruente utilizar o parâmetro de uma política universalista para uma política específica, logo, acredita-se ser mais efetivo pensá-la sob aspectos que se centrem na intersetorialidade, transversalidade”.

O que resta-nos de saldo desses anos de políticas públicas específicas para a população LGBTI+ e dos tantos outros antes destes é a certeza da necessidade de luta política. Conjunturas políticas favoráveis – como as dos anos de governo do PT (Almeida; Santos, 2022, p.4) – vem e vão. E mesmo quando duradouras, a única garantia que grupos

³⁷ Mais informações sobre o índice se encontram no site do Instituto Matizes. Disponível em: [https://institutomatizes.com.br/indice-de-monitoramento/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Direitos%20LGBTQIA+%20%C3%A9%20uma%20pesquisa%20quantitativa%20realizada,sobre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTQIA+"\).](https://institutomatizes.com.br/indice-de-monitoramento/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Direitos%20LGBTQIA+%20%C3%A9%20uma%20pesquisa%20quantitativa%20realizada,sobre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTQIA+)

historicamente discriminados têm de ter suas demandas atendidas são suas próprias reivindicações. Pelo viés da totalidade somos capazes de compreender que não se trata simplesmente de preconceito, mas sim de um constante cabo de guerra pela manutenção ou superação da atual sociabilidade. E, por isso, não podemos deixar de tensionar a corda.

3. DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO E MARXISMO:

3.1 Breves apontamentos sobre o método em Marx

Antes de adentrarmos como a questão LGBTI+ aparece e é tratada no campo marxista é de grande importância a contextualização do porquê a vontade, e necessidade, de partirmos das contribuições de Marx para este estudo. Entendemos que em primeiro lugar a análise da sociedade capitalista em sua totalidade, como é a dinâmica do modo de produção que estamos inseridos e qual a sua relação com a diversidade sexual e as identidades de gênero. Entender o mundo em que se inscreve o objeto que pesquisamos é parte fundamental de qualquer análise.

Soma-se a isso a importância do método que se usa para realizar tal análise, tanto da sociedade e seu movimento de uma forma mais ampla, quanto da questão LGBTI+ em si – que como já vimos não são coisas cindidas. Assim, a grande contribuição de Marx para o debate da diversidade sexual e das identidades de gênero é o método, vejamos como isso funciona.

O método materialista-histórico-dialético não se trata apenas de uma metodologia de pesquisa, mas sim de uma forma de analisar a vida em sua completude, sua totalidade. É um pressuposto que visa captar o conhecimento a partir da realidade concreta, não por meio de idealizações fabricadas pela observação de fenômenos empíricos. Ao contrário, parte deles em busca da essência do objeto pesquisado, ou seja, é o único capaz de perquirir a verdade daquele objeto. Foi este o processo realizado por Marx para apreender a dinâmica da sociedade capitalista. A teoria social de Marx e o método para “construí-la” são também a chave para o estudo acerca da diversidade sexual e da identidade de gênero uma vez que este debate se insere – surge a partir dessa sociabilidade – na sociedade burguesa. O rigor teórico somado à faceta ideo-política do materialismo histórico-dialético o tornam o melhor método para chegar ao cerne desse debate e sua transformação.

No texto denominado *A sagrada família* (2003), Marx, através da crítica a Bruno Bauer e sua *Crítica crítica*, esboça, o seu entendimento acerca da história. A história para Bauer é concebida como um sujeito metafísico que pode ou não manifestar suas vontades e verdades sobre a sociedade. Podemos perceber essa concepção através dos trechos a seguir:

Para que serviria a História se não tivesse por missão demonstrar precisamente essas verdades, as mais simples de todas (como por exemplo o movimento da Terra em volta do Sol)? (2003, p.107) (Frase de Bauer)

Todas as grandes ações da História até aqui [conforme ficamos sabendo] restaram frustradas de antemão e se achavam condenadas a não alcançar resultados profundos porque a massa havia se interessado e entusiasmado com elas, ou estavam necessariamente condenadas a terem um final lamentável porque a ideia da qual elas tratavam era uma dessas ideias que tinham de se contentar com uma concepção superficial e eram obrigadas a aspirar, portanto, ao aplauso da massa. (2003, p.109) (Frase de Bauer)

“A crítica absoluta” toma de Hegel a característica de transformar “cadeias de coisas reais” existentes fora de si em “cadeias dotadas de uma existência puramente ideal” (Marx; Engels, 2003, p.111) e também o faz com a história. A massa – da sociedade – aparece como a materialidade do mundo, oposta aos desejos do sujeito chamado “História”. Sujeito esse que, pelas colocações de Bruno Bauer, intenta colocar suas ações no plano material, estando sujeita aos “interesses” e “entusiasmos” da massa (Marx; Engels, 2003, p.109).

Levando nosso foco para Hegel, podemos ver que Marx pondera suas colocações sobre a dialética, ao mesmo tempo que se apropria dela criticamente. A dialética Hegeliana é a ideia de que o mundo – da vida social – não é estanque, mas sim um processo contínuo. Contudo, Hegel constrói esse pensamento a partir de abstrações, chegando, assim, a resultados puramente ideais, ocultando, como Bruno Bauer repetiu mais tarde, o real movimento da história. O ser social aparece para Hegel como o objeto do processo histórico e não sujeito, papel que fica, dessa forma, livre para que seja preenchido por abstrações – como o espírito absoluto ou a história crítica.

Em terceiro lugar: este processo tem de ter um portador, um sujeito; mais o sujeito só vem a ser enquanto resultado; este resultado, o sujeito que se sabe enquanto consciência-de-si absoluta, é, por isso, *o Deus, o espírito absoluto, a ideia que se sabe e aciona*. O homem efetivo e a natureza efetiva tornam-se menos predicados, símbolos deste homem não efetivo oculto, e beta natureza inefetiva. Sujeito e predicado tem assim um para com outro a relação de uma absoluta inversão, *sujeito-objeto místico* ou *subjetividade que sobrepuja o objeto o sujeito absoluto* como um *processo*, como *sujeito exteriorizando-se* e retomando-a si da exteriorização, mas, ao mesmo tempo, retomando-a de volta em si, e o sujeito como este processo; o puro círculo *infatigável* em si (Marx, 2004, p.133) (grifos originais).

A crítica a essa explicação da realidade – seu movimento – parte do fato de que o esquema de Hegel – aqui comentado por Marx – exposto acima parte da consciência para o mundo material. No entanto sabemos que “não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007 apud Netto, 2011, p.30-31). Mas o que é a vida – como vida social – senão a ação material dos seres humanos?

Os indivíduos são produtos de sua própria atividade no mundo a partir do trabalho. O trabalho aparece para Marx³⁸ como “processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1968, p. 202 apud Netto, 2011, p.37 - nota de rodapé n.9). Tal intercâmbio com a natureza é sempre intermediado por instrumentos, técnicas, saberes, etc. que compõem os meios de produção.

Segundo Netto (2011) é pressuposto da teoria social de Marx que “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (Marx; Engels, 2007, p.86-67 apud Netto, 2011, p.30). Neste processo é que se conforma a dialética hegeliana. Se trata de um processo dinâmico que propicia a crescente complexificação dos meios de produção – inter-relação³⁹ dos indivíduos com mundo – e consigo mesmos, de tal forma que também se desenvolvem as relações sociais. E, por sua vez, as relações sociais do mesmo modo a produção.

[...] o ser social [...] é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja operação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações (Netto, 2011, p.31).

Ao produzir para satisfazer suas necessidades, o ser social parte das condições materiais que já estão postas na realidade, que foram desenvolvidas por aqueles que vieram antes. E ao realizar seu trabalho a partir das possibilidades reais que encontra no mundo, modifica-o e deixa de legado novas condições de produção – que mediam de maneira cada vez mais complexa seu intercâmbio com a natureza – e novas possibilidades.

O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...]. As suas [dos homens] relações materiais formam a base de todas as suas relações (Netto, 2011, p.34).

O método em Marx funda-se a partir de tal perspectiva de história. Conforme o processo acima exposto – do movimento realizado por Marx quando da sua crítica à dialética

³⁸ Não apenas para ele, como também com sentido similar para Hegel, a quem tece críticas: “[...] provisoriamente, antecipemos apenas o seguinte: Hegel se coloca no ponto de vista dos modernos economistas nacionais. Ele apreende o *trabalho* como a *essência*, como a essência dos homens que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo [...]” (Marx, 2004, p.124)

³⁹ Inter-relação porque da mesma forma que os seres humanos impõe ações à natureza na intenção de adaptá-la às suas necessidades, a natureza oferece resistência a tais ações, mas que diminuem com o “avançar” dos meios de produção – meios que mediam essa relação. Também é de ordem natural as próprias necessidades que buscam satisfazer, das mais simples às mais complexas. Já que as necessidades se complexificam ao mesmo passo que as formas de satisfazê-las.

hegeliana – podemos afirmar o que é a história para o autor. Dois pontos são a chave para a compreensão da história: a dialética do mundo e a criação da consciência.

Segundo Lukács, o fator faltante para a compreensão hegeliana da história – e portanto de totalidade – são as suas forças matrizes (Lukács, 2003, p.92). O movimento da história dialética aparece para Hegel como movimento dos contrários, “‘a mudança é circular, é a repetição do mesmo’ a mudança na história não se produz ‘simplesmente na superfície, mas no conceito. É o próprio conceito que é corrigido’” (Lukács, 2003, p.94). Atribuía, então, essas forças matrizes ao espírito do povo (Lukács, 2003, p.92). A partir do materialismo, Marx e Engels compreenderam que esse “espírito” é na realidade a consciência. Ela não surge a partir do nada, é determinada pela vida (Marx; Engels, 2007 apud Netto, 2011, p.30-31). E a vida, por sua vez, é o resultado da atividade sensível do ser social ao adaptar a natureza às suas necessidades. Por que, então, a consciência é a chave para o movimento da história se é ela quem é determinada pela vida e não o contrário (Idem)?

Na verdade, não é. A consciência toma parte possível do processo histórico quando a partir do capitalismo isso se torna possível graças a sua capacidade de derrubar

todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios, do mesmo modo que os muros de separação jurídica entre os estamentos. Em seu universo de igualdade formal entre todos os homens, desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regularam as trocas materiais imediatas entre o homem e a natureza. O homem torna-se — no verdadeiro sentido da palavra — ser social. A sociedade torna-se a realidade para o homem (Lukács, 2003, p.96).

Então, podemos tomar como certo que a força motriz da história é, na realidade, o conjunto das forças sociais desencadeadas por determinada classe – ou das classes em sua relação contraditória –, independente de sua consciência. Tanto o é que ao realizar seu processo revolucionário a burguesia desencadeou forças sociais que em primeiro plano a levaram ao poder e em um segundo momento se opuseram a ela (Lukács, 2003, p.96). Tal conhecimento sobre a história possibilitou que Marx concebesse o materialismo-histórico-dialético.

O método em Marx leva em seu nome sua principal característica: entender seu objeto a partir da materialidade, não estagnada, mas em seu movimento histórico-dialético. Conforme vemos em Lukács (2003, p.73-74), o objeto deve ser entendido a partir da história enquanto um processo de “revoluções ininterruptas”. E de maneira dialética como enquanto dupla determinação entre aparência e essência, no reconhecimento e superação simultâneas de

seu ser imediato (Ibidem, p.75-76). Esse processo é necessário para alcançar a teoria do objeto.

A análise teórica é uma das formas de se conhecer o mundo (Netto, 2011, p.20). Contudo, independe dos desejos, aspirações e representações do pesquisador. Se distingue das demais forma de saber porque “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo [...]” (Idem). Netto (2011, p.21) afirma que para Marx a teoria é “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” É justamente aí que entram a história e a dialética como elementos centrais para o método.

O materialismo histórico-dialético é o único capaz de captar o objeto que Marx se dedicou a estudar – a sociedade burguesa – porque seu movimento real é histórico e dialético em si. Quando essas características são relevadas e o estudo do objeto é realizado de maneira mecânica o resultado obtido é errôneo.

Mas, por outro lado, tão logo essa concepção produz um resultado, tão logo esse mundo de fenômenos dá mostras de se cristalizar no plano teórico, no mesmo instante, o resultado obtido é dissolvido como simples aparência, como reflexo invertido de relações invertidas, reflexo que é apenas ‘a expressão consciente do movimento aparente’ (Lukács, 2003, p.76).

O estudo da realidade social só se torna possível quando os fatos sociais são tomados como uma totalidade (Lukács, 2003, p.96). A vida social é uma totalidade concreta “porque é a síntese de várias determinações, portanto, a unidade do múltiplo” (Marx, 1961, p.632 apud Lukács, 2003, p.76-77). As determinações por sua vez, são entendidas enquanto “momento essencial constitutivo do objeto” (Dussel, 1985,p.32 apud Netto, p.45). Seu estudo se dá a partir da abstração⁴⁰ progressiva dos elementos dos fatos sociais – ou dados, como coloca Netto – para se chegar a cada vez a determinações mais simples (Netto, 2011, p.42). Ademais, não basta encontrar as determinações, deve se também realizar o “caminho de volta”, reconstruir o objeto idealmente a partir de suas próprias determinações (Ibidem, p.43). Encontra novamente o objeto, agora “não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações relações diversas” (Netto, 2011, p.43).

⁴⁰ Do entendimento de Netto (2011, p.44) sobre o processo e a importância da abstração: “A abstração é a capacidade intelectiva que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’”

Este processo de “decompor” o objeto e reconstruí-lo em seu movimento real, ou melhor, apreender suas determinações e colocá-las em movimento idealmente é o processo de construção da teoria. A teoria é a reprodução ideal do objeto em sua totalidade – que é movimento – concreta, que é concreta por ser a “síntese de muitas determinações” (Netto, 2011, p.44). A teoria, assim, quando reproduz essa síntese de determinações no campo do pensamento se torna o concreto pensado (Ibidem, p.45).

Esse processo é o que permite que cheguemos ao objeto em sua natureza, sua verdade. A partir do estudo dessas determinações, entendendo-as enquanto momentos essenciais constituídos do objeto (Dussel, 1985, p.32 apud Netto, p.45), ou seja, processos, comprehende-se a própria forma de ser do objeto, suas categorias (Netto, 2011, p.46). Elas articulam internamente a sociedade burguesa – no caso da análise de Marx –, são ontológicas ao objeto e ao mesmo tempo são categorias reflexivas já que são reproduzidas também teoricamente pelo pesquisador através de procedimentos intelectivos (Idem). Como todos os objetos relativos à vida social – e ela mesma – são históricos, as categorias também o são (Marx, 1961, p.637 apud Lukács, 2003, p.69). Como Netto (2011, p.46) explica:

Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). E, uma vez que, como vimos, para Marx “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida –, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial (Netto, 2011, p.46).

A perspectiva ontológica da pesquisa através do materialismo histórico-dialético permite que a teoria capture de fato – ou o mais aproximado possível, como toda ciência – o movimento do objeto. Esse movimento só pode ser capturado através da representação ideal do movimento em si. Mais do que “como conhecer”, importa saber “como conhecer determinado objeto”. Ou melhor, como explana Netto (2011, p.27-28), para Marx não importava criar uma ciência da lógica, mas sim a lógica de um objeto determinado. “Marx não deixou uma lógica, deixou a lógica d’O capital” (Lenin, 1989, p.284 apud Netto, 2011, p.28).

A partir da aproximação do que é método, podemos elencar dois fatores de importância máxima para o estudo do tema escolhido neste trabalho – no caso, a diversidade sexual e das identidades de gênero. O primeiro é a respeito do ponto de partida. A teoria social de Marx – ou a lógica do capital e de toda a sociabilidade intrínseca a esse modo de

produção – deve ser tomada como o primeiro passo para o estudo da temática da diversidade sexual e identidades de gênero.

Essa teoria é, no entanto, para Marx, o ponto de chegada de suas aproximações com o objeto – a sociedade burguesa. Nela está contida a lógica da sociedade capitalista e a forma de alcançar sua essência, procedimento importante também para alcançar a lógica de nosso objeto – diversidade sexual e identidades de gênero – enquanto uma totalidade menos complexa da vida social. Como sendo uma totalidade da vida social, a partir da perspectiva marxista, é imprescindível que se mantenha no escopo de seus estudos a apreensão da lógica da vida social em si. Isso implica em conhecer qual o modo de produção está inserido, qual seu movimento histórico – conjunto de relações sociais contraditórias que partem dos interesses dos sujeitos sociais – e assim sua lógica real. A partir do momento que deixamos de lado essa perspectiva, perdemos a capacidade de analisar criticamente o objeto, quando decretamos o fim da história ou a superação da modernidade, perdemos o escopo de todas as chaves de análise encontradas até agora, e iniciamos do zero as buscas pela verdade – ou nesse caso, verdades.

O segundo fator diz respeito ao fato da diversidade sexual e das identidades de gênero, assim como tantas outras temáticas das ciências sociais, ser alvo de disputas teórico-metodológicas, dentro e fora do Serviço Social. Estar ciente destas disputas e partir da análise de outras concepções teórico-metodológicas é também um movimento importante quando da busca pela lógica do objeto. Não se trata aqui de possibilitar ecletismos ou falta de rigor para com o materialismo histórico dialético, mas o contrário. Quando, por exemplo, correntes de pensamento vinculadas ao empirismo tomam algum fenômeno por verdade – processo produzido e encorajado pela sociedade burguesa (Lukács, 2003, p.71) – deve ser levado em consideração enquanto aparência do objeto. Outras correntes teóricas ao descrever determinados fenômenos, podem servir de base para o início da busca de sua essência – quando nos pautamos no método como ele aparece em Marx –, seu movimento real e dialético (Netto, 2011, p.22).

3.2. O debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero e o marxismo

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Guilherme Gomes Ferreira e Bruna Andrade Irineu, *Diversidade sexual e de gênero e marxismo* (2024), percebemos que a conexão do

marxismo com o debate da sexualidade e da identidade de gênero é, de certa forma, conturbada. Segundo os autores (Ferreira; Irineu, 2024, p.49) o marxismo carece de maiores vínculos com esse debate, uma vez que a teoria marxiana não se deteve sobre o assunto (Rosário; Ferreira, 2016 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.49) e a produção marxista sobre a temática é recente (Toitio, 2017 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.49).

No Serviço Social brasileiro, entre suas principais referências, não há perspectivas conservadoras (Ferreira; Irineu, 2024, p.50). No entanto, no marxismo sexualidade e gênero por vezes aparecem subjugadas como temáticas de “menor importância” (Ibidem, p.64)⁴¹. Segundo os autores (2024, p.64) o marxismo durante muito tempo ocultou as determinações de sexualidade e de gênero e, quando o fez, “num primeiro momento, foi na intenção de demonstrar, na maioria das vezes, que essas opressões eram secundárias, menos importantes à exploração econômica e subordinadas a ela (Aruzza, 2011 apud Ferreira; Irineu, 2024, p..64). Santos (2017, p.10) corrobora com essa ideia ao dizer que há registro de deformações teóricas e políticas no pensamento marxista decorrentes do economicismo, sendo “um tipo de pensamento e prática determinista, instaurado na tradição marxista e em segmentos do movimento socialista [...]”.

Apesar do começo conturbado, a esquerda marxista eventualmente alcançou o assunto por um viés crítico. A temática da diversidade sexual e de gênero foi introduzida no campo a partir “dos estudos e das atuações políticas das feministas marxistas” (Ferreira; Irineu, 2024, p.69). Assim, hoje temos mais elementos para pensar a questão, muitos deles a partir do próprio marxismo.

As principais ideias que podemos retirar do marxismo, quanto ao debate da diversidade sexual e de gênero⁴², dizem respeito ao sujeito. Para Marx o sujeito se desenvolve a partir da materialidadeposta na realidade social, que se estrutura por leis próprias, isto é, sociais e históricas (Ferreira; Irineu, 2024, p.52). Esse sujeito determina sua

⁴¹ Acreditamos ser importante demarcar que, apesar dos autores não especificarem, existem variadas vertentes do pensamento marxista. Como Vemos em Santos (2017, p.10) a vertente que melhor se encaixa na descrição apresentada é o “economicismo, amplamente caracterizado como um tipo de pensamento e prática determinista, instaurado na tradição marxista e em segmentos do movimento socialista, por meio, dentre outras, das formulações realizadas por Kautsky e posteriormente por Stalin. Funciona como uma espécie de invasão positivista”.

⁴² Usaremos neste trabalho a expressão “diversidade sexual e de gênero” nos mesmos termos de Ferreira e Irineu em *Diversidade Sexual e de gênero e marxismo*, a partir da concepção de que apesar de ser uma terminologia com ampla absorção pelo discurso neoliberal, que o leva a um esvaziamento crítico, ainda é “uma expressão mais conhecida, disseminada e palatável no âmbito do Serviço Social” (Ferreira; Irineu, 2024, p.19). Outra expressão, em oposição à anterior, mais alinhada com as discussões trazidas no livro é a da “dissidência sexual e de gênero”, que segundo os autores, é de maior acurácia uma vez que vem sendo utilizadas por referências críticas no Brasil e pelo seu sentido “desestabilizador e potente que a noção da diferença relacionada a identidades sexuais e de gênero pode sugerir” (Ibidem, p.19-20).

consciência e não é determinado por ela (Ferreira; Irineu, 2024, p.52), mas o faz dentro das circunstâncias em que está inserido. O ser humano, como ser social, produz sua consciência ao produzir o mundo à sua volta através do trabalho orientado teleologicamente. Esse “primordial”⁴³ papel da consciência, denota que:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal (Lukács, 1978, p.4).

É, assim, um processo dialético. O ser social produz sua consciência através da ação, que por sua vez compõe a realidade social que deu as possibilidades e o chão usados como ponto de partida de suas ações. Tal processo somente pode ser investigado a partir de um método que seja dialético, “quer dizer, que tome como prerrogativa a luta entre os contrários [...] e portanto, o movimento real dos fenômenos sociais e sua processualidade” (Ferreira; Irineu, 2024, p.52).

Compreendemos, assim, que, em concordância com Ferreira e Irineu, (2024, p. 52), como sujeitos sociais que fazem a história e produzem a sociedade, “tudo, inclusive o gênero e a sexualidade, possui um componente de decisão social, sendo parte, portanto, da atividade humana. A expressão das orientações sexuais e identificação de gênero, portanto, se manifestam de formas distintas e são capazes de gerar diversas identidades sexuais, da história de diferentes povos”⁴⁴.

A citada ontologia do ser social, na visão de Souza (2020), ganha mais detalhamentos e maior profundidade no tratamento da diversidade sexual e de gênero. Segundo Souza (2020, p.129), partindo da concepção de Lukács, “o trabalho é a categoria social com maior peso ontológico, pois permite a superação de um estágio para o outro, no que tange ao indivíduo particular, quanto ao ser social”. A relação indivíduo/ser social e objetividade/subjetividade não são dicotomias inconciliáveis, mas sim parte de um mesmo processo cujo entendimento se torna essencial para o debate da sexualidade.

Souza parte, então, da análise da individualidade por um viés ontológico, possibilitado

⁴³ Apesar de a consciência ser o “passo inicial” para o salto ontológico dos seres humanos para a condição de ser social, não significa que exista uma hierarquia entre o pensamento que transforma a realidade e as bases materiais que “determinam” o pensamento. Ambos os momentos fazem parte do mesmo processo e não é possível elencá-los cronologicamente.

⁴⁴ Como no relato trazido por Okita (2007, p.27 apud Ferreira; Irineu, 2024, p.67) em que no grupo Amarakaeri do Amazonas peruano as relações eram unicamente homossexuais por parte dos homens e das mulheres.

pelo trabalho, que na concepção de Tonet (2013, p.12 apud Souza, 2020, p. 131) significa:

[à] apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social.

Nessa concepção, o trabalho como categoria é a principal chave de análise para “compreender a gênese e o desenvolvimento do ser social e da individualidade enquanto polaridades intrínsecas do desenvolvimento humano social” (Souza, 2020, p.131). Isso ocorre na medida em que, através da relação do indivíduo com a natureza, ou melhor, o trabalho, estabelece-se também relações recíprocas entre os indivíduos, formando a totalidade da vida humana (Márkus, 2015, p.27 apud Souza, 2020, p.132).

Essa relação indivíduo-natureza deixa claro que o trabalho é um processo. Sua atividade não é uma transposição do pensamento – subjetivo – para a realidade – objetivo –, mas sim uma relação dialética entre teleologia, causalidade e resultado (Cisne; Santos, 2018, p. 27 *apud* Souza, 2020, p.133). Ou seja, há uma resistência da natureza à sua ação, que compele o indivíduo a também se modificar, individualizando-o e criando na realidade material um resultado diferente do idealizado, mas que, mesmo assim, concretiza de alguma maneira a intencionalidade da teleologia (Húngaro, 2008, p. 101-102 *apud* Souza, 2020, p. 133). Ademais, no final do processo, não só o indivíduo sofreu mudanças, mas também a realidade (Idem).

Apesar de o materialismo histórico-dialético ser a base para entender o movimento da realidade e o processo pelo qual a diversidade sexual e de gênero se constroem no mundo, o marxismo como corrente filosófica não passa sem críticas pela forma como abordou o assunto historicamente. Parte da crítica de Edward Thompson (1981, *apud* Ferreira; Irineu, 2024, p. 55) ao marxismo ortodoxo⁴⁵ seria a ausência do elemento da experiência nas análises estruturalistas. Segundo o autor essas concepções tratariam a experiência como algo “empírico, desimportante em comparação com às determinações estruturais” (Ferreira; Irineu, 2024, p.55).

Os sujeitos não têm sua experiência apenas no âmbito do pensamento, mas também nas relações sociais como “cultura, como normas, obrigações familiares, como valores”

⁴⁵ Não nos propomos a entrar no debate sobre o chamado marxismo ortodoxo. No entanto, gostaria de destacar a passagem de *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*, (Ferreira; Irineu, 2024, p.81) onde lê-se: “Uma contribuição importante de Lukács é, a nosso ver, a afirmação de que a ortodoxia marxista não se refere necessariamente ao conteúdo, mas à fidelidade à dialética, ou seja, ao método de crítica”.

(Thompson, 1981, p. 189 *apud* Ferreira; Irineu, 2024, p.55). Os sujeitos não seriam, assim, simplesmente ordenados por uma ideologia imposta de modo completamente vertical. Seriam, no entanto, convencidos por meio de ideologias que dialoguem “com seus próprios valores e crenças” (Ferreira; Irineu, 2024, p.55).

Essa análise torna-se essencial para pensar a forma como os direitos da população LGBTI+ são tencionados, ou ainda, como discursos anti-diversidade sexual e de gênero tem um solo fértil na política brasileira, por exemplo. Em momentos de avanço de tais manifestações, não há um “simples” convencimento da população em apoiar falas e ações de cunho heteroterrorista⁴⁶. Tais movimentos contra a população LGBTI+ ressoam com práticas que estão presentes no país desde sua colonização e que moldaram suas relações sociais ao longo de séculos⁴⁷.

Assim, a discussão e produção científica se fazem necessárias para o incremento do debate teórico sobre as dissidências sexuais e de gênero. Esse domínio se faz necessário no constante diálogo com o cotidiano profissional, em que, além de possibilitar respostas às demandas dessa fração da população, também garante a demarcação de princípios e valores. Essa demarcação, realizada através do vetor educativo do Serviço Social, por exemplo, é cara para a profissão na medida que vigora investidas na direção do Projeto Ético-Político profissional hegemônico.

Como afirmam Ferreira e Irineu, (2024, p. 23), é preciso realizar um nivelamento dos conceitos relativos a esse debate para então avançarmos na discussão pretendida. Os autores dividem as experiências humanas em torno das sexualidades em quatro aspectos, sendo eles: o sexo, o gênero, a identidade e o desejo. Em suas palavras:

O sexo, categoria que nasce das ciências biológicas e que diz respeito, a partir dessa área de conhecimento, aos elementos do corpo que definiriam um membro da espécie humana em relação à sua capacidade reprodutiva; o gênero, categoria sociológica emprestada da linguística e que nasce como um contraponto à noção de sexo para analisar e descrever relações sociais (desiguais) baseadas no sexo; a identidade, categoria que remete tanto ao conhecimento si quanto àquele antropológico e social; e o desejo, palavra

⁴⁶ “Tomando de empréstimo o termo heteroterrorismo cunhado por Bento (2011), partimos de uma noção da violência contra pessoas LGBTI+ como manifestação do heterocisterrorismo: As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (Ferreira; Almeida, 2024, p. 31) (Bento, 2011, p. 552 *apud* Ferreira; Almeida, 2024, p. 31-32).

⁴⁷ Somado ao exemplo completamente atual que Ferreira e Irineu (2024, p.31) – “Há um incentivo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: ‘pare com isso!’” –, podemos elencar o fato de que esses atos de disciplina comportamental existem a séculos no Brasil, dando um caráter mais interessante à concepção de “heteroterrorismo” no lugar de “homofobia” (Ferreira; Irineu, 2024, p. 31-32).

cheia de significado filosófico que nos diz muito sobre como nossa subjetividade atua ao orientarmos sentimentos (afetivos, sexuais) a outros seres humanos (Ferreira; Irineu, 2024, p. 23).

É importante ter claro que tal diferenciação entre os componentes da sexualidade é ponto chave para o entendimento de sua dinâmica. Como por exemplo as delimitações entre o que é sexo e o que é gênero, partes historicamente definidas como a mesma coisa⁴⁸. O gênero seria, então, subproduto do sexo biológico, portanto algo essencial e imutável.

No entanto, em concordância com Ferreira e Irineu (2024, p.25), defendemos que gênero é social, histórico e processual, já que “as normas e as estruturas de gênero que temos hoje não são as mesmas que tivemos no passado nem são idênticas por todo o mundo”. Todas as pessoas tem, portanto, alguma identidade de gênero, sendo as pessoas cisgênero aquelas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer e as pessoas transgênero, aquelas que não se identificam com o que lhes foi atribuído (Ferreira, Irineu, 2024, p. 26).

Convém lembrar que a concepção de identidade de gênero é especialmente delicada. Isso porque o termo somente aparece “quando queremos falar de uma parcela de seres humanos, que são as pessoas trans” (Ferreira, Irineu, p.24). A expressão “gênero” comumente é utilizada na vida social para separar “homens” e “mulheres” ao passo que “identidade de gênero” é utilizado como um marcador que insinua um falseamento por parte da população trans (Ferreira, Irineu, p.25). Esse modo de posicionar o termo no cotidiano tem por intencionalidade “subalternizar pessoas transsexuais e travestis” (Idem) e se reflete também em ataques à população LGBTI+.

Ferreira e Irineu (2024) complementam dizendo que o processo de identificação de um sujeito com sua sexualidade parte da tríade autoidentificação, heteroidentificação e de autodeterminação⁴⁹. O processo de Identificação é a subjetivação do social e a objetivação da subjetividade. Portanto, quando tratamos de identidades sexuais – nos termos dos autores –, estamos nos referindo às “práticas sexuais e afetivas que uma pessoa constitui

⁴⁸ Ao vincularem os sexos as nascentes concepções de gênero, também definiram seus lugares na hierarquia social: “os binômios passividade/ agressividade, emoção/razão cuidado/ rudeza começam a ganhar relevo na relação mulher /homem, definindo o espaço da mulher como sendo o privado, o cuidado da família e como sujeito do afeto, enquanto o homem deve ocupar o espaço público e o tino para os negócios, sendo ele o sujeito da razão (Ferreira; Irineu 2024, p.28-29).

⁴⁹ De acordo com eles esses processos referem-se a autopercepção dos elementos sociais com os quais nos identificamos (autoidentificação), com os elementos e identidades que nos são atribuídos socialmente, ou seja, pelo outro, e com a coletivização política dos aspectos individuais e dos atribuídos pelo outro. (Ferreira; Irineu, 2024, p.24)

ao longo da vida e dos significados sociais atribuídos por ela sobre essas práticas” (Ferreira; Irineu, 2024, p.27). Ou seja, as identidades sexuais não surgem a partir de um essencialismo biológico, o que implicaria também na afirmação de que a heterossexualidade seria o padrão a partir do qual as demais se desenvolvem, criando assim uma hierarquia de legitimidade. Também não são sinônimos da orientação sexual – produto do campo do desejo – apenas manifestadas na vida social. As identidades são assim resultado de um processo dialético entre sujeito e mundo.

O processo de constituição das identidades sexuais de gênero – tratando especificamente das identidades contemporâneas como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais⁵⁰ – é contraditório dentro do capitalismo. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento desse modo de produção possibilitou o surgimento da identidade gay (D’Emilio, 1983 *apud* Ferreira; Irineu, 2024, p.34), posiciona a heterossexualidade como um regime de poder (Ferreira; Irineu, 2024, p.33). Tal regime é, assim, fabricado e perpetuado através de códigos culturais que diferenciam os “normais” dos “anormais” a fim de manter o sujeito masculino no topo da hierarquia social e de gênero, e, portanto, da hierarquia social (Idem).

Isso ilustra o quanto a masculinidade implica a dominação das mulheres e a homofobia. Na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna um inimigo interno que deve ser rejeitado sob pena de ser (mal)tratado como uma mulher. (Welzer, Lang, 2001) (Ferreira; Irineu, 2024, p.33)

Daí decorre o fato do estudo da sexualidade não poder ser realizado de maneira fragmentada. O sexo, o gênero, a identidade e o desejo estão imbricados no mesmo processo e para compreender um devemos compreender os demais.

⁵⁰ O que não quer dizer que em outros tempos históricos não houvessem identidades sexuais específicas dentro de seu próprio contexto histórico-social.

4. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

4.1. O debate da diversidade sexual e das identidades de gênero e o Serviço Social

A aproximação e incorporação do debate da diversidade sexual e identidades de gênero pelo Serviço Social não foi obra do acaso. Tomando o materialismo histórico-dialético como base analítica podemos perceber que se trata de um processo “histórico de amadurecimento da renovação teórico-metodológica ético-política da profissão no Brasil” (Cisne; Santos, 2018, p.161). Precisamos notar que a renovação do Serviço Social brasileiro – e a hegemonia da vertente de ruptura – não garantiu à profissão uma cartilha de quais agendas adotar ou como proceder com determinadas pautas. Apenas ofereceu instrumentos teórico-metodológicos e ético-políticos para balizar a análise da realidade por profissionais, bem como sua atuação. Possibilitaram que a inclusão da temática na profissão se realizasse a partir do

[...] reconhecimento da sexualidade e da diversidade sexual como dimensões relevantes da vida dos indivíduos, que têm implicações nas suas condições de vida e de trabalho, bem como nas demandas e respostas profissionais e, também, por reconhecê-la como agenda política de sujeitos coletivos que resistem ao conservadorismo e desenvolvem articulações políticas no campo das esquerdas, com o objetivo de enfrentar a violação de direitos e as formas opressivas contra a população LGBT. (Cisne; Santos, 2018, p.161-162)

Para Cisne e Santos (2018, p.162) a aproximação do Serviço Social com o debate da diversidade sexual não foi algo endógeno, mecânico ou pacífico. Ao contrário, foi resultado de militância política de estudantes, sujeitos profissionais, movimentos sociais e sujeitos coletivos, além da interação política das entidades da categoria com outras profissões e seus conselhos⁵¹ (Cisne; Santos, 2018, p.162).

A ruptura com a herança conservadora foi construída no cotidiano da organização política da categoria e por profissionais – assistentes sociais e docentes –, mas permanece tarefa atual devido às novas investidas do conservadorismo (Cisne; Santos, 2018, p.163). Tais investidas partem também de dentro da profissão, como os setores conservadores que se posicionam contra a atualização da agenda profissional, “em favor do heterossexismo, contra as conquistas feministas e naturalizam o racismo” (Cisne; Santos, 2018, p.164). Ou ainda do

⁵¹ Como foi o caso do Conselho Federal de Psicologia que em 1999 aprovou a resolução CFP 001/99 estabelecendo normas de atuação de seus/suas profissionais em relação às orientações sexuais. A ação em defesa da população LGBT dos direitos humanos inspirou e convocou outras profissões a refletir sobre a questão (Cisne; Santos, 2018, p.162).

setores do campo crítico da profissão, que por não perceberem a relação da temática com a reprodução da sociabilidade capitalista em sua totalidade a tomavam como dimensão singular da vida dos indivíduos, carregando assim um potencial conservador (Cisne; Santos, 2018, p.164). Ou ainda pela hegemonia pós-moderna nas discussões sobre a diversidade sexual e das identidades de gênero (Idem).

Assim, as autoras (Cisne; Santos, 2018, p.164) afirmam que o debate citado se insere no serviço social por um conjunto de elementos objetivos e subjetivos, em especial, quatro deles: A realidade de violação de direitos da população LGBTI+ que se expressa nas demandas presentes nos variados espaços sócio-ocupacionais e sujeitos políticos coletivos LGBTI+ (Cisne; Santos, 2018, p.164-165); A produção de conhecimento, em especial na pós graduação, que evidenciaram a pertinência da temática e possibilitaram sua discussão a partir de perspectivas teóricas diferentes (Cisne; Santos, 2018, p.165); A existência de profissionais e estudantes LGBTI+ na profissão que tencionaram o debate e a militância política da diversidade sexual e de identidades de gênero no Serviço Social (Cisne; Santos, 2018, p.165-166); E a condução política das entidades da categoria e dos estudantes (Cisne; Santos, 2018, p.166). Estes quatro elementos se articulam, como sintetizam as autoras (Cisne; Santos, 2018, p.166):

Em síntese, a inserção da diversidade sexual no debate da profissão não foi uma decisão meramente intelectual dos(as) pesquisadores(as) da área e/ou política das entidades da categoria (Conjunto Cfess-Cress / Abepss/Enesso) e de alguns estudantes e profissionais, nem mesmo decisão de corrente da existência de assistentes sociais de estudantes LGBT.⁵²

Essa aproximação ocorreu em diversas frentes. Uma delas foi a realização de espaços para reflexão dentro do Movimento Estudantil de Serviço Social (Mess). Em meados da década de 1980 estudantes⁵³ vinculados/as a um projeto de esquerda promoveram, para além dos eixos temáticos usuais do movimento como conjuntura, universidade, formação profissional, também a discussão sobre cultura e valores (Santos, 2016, p.96-97 apud Cisne, Santos, 2018, p.167). Tais espaços possibilitaram, por exemplo, a realização de oficinas com o tema “sexualidade e afetividade: uma questão de direito?” (Idem).

Já em 1995 surge no contexto do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas) “com contornos tímidos e fragmentados” (Barros; Nunes, 2023, p.164). Barro e Nunes (2023,

⁵² Respeitando as regras de formatação, também realizamos alterações nos acrônimos e autores nas citações diretas utilizadas no trabalho.

⁵³ Dentre outras universidades a autora destaca a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (Santos, 2016, p.96-97 apud Cisne; Santos, 2018, p.167).

p.164) apontam que até 2001 apenas um trabalho abordou a temática da diversidade sexual e que apenas em 2001 surgiu sessão temática intitulada “Etnia, Gênero e Orientação Sexual”. O que elevou o número de produções até 2007 para um total de 21 trabalhos apresentados (Idem).

O movimento estudantil em Serviço Social também aparece enquanto personagem importante para o debate da diversidade sexual e da identidade de gênero no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness). Na edição do evento de 1996 o movimento estudantil, composto também por lésbicas e gays inaugurou no cenário nacional “o referido debate, com as presenças à mesa de uma feminista, uma prostituta e um gay todos militantes históricos que propunham inserir a questão da sexualidade na luta pela democratização em curso no país” (Duarte, 2014, p.79 *apud* Cisne; Santos, 2018, p.168). As autoras (Cisne. Santos, 2018, p.168) afirmam que mesmo que possam ter existido outras iniciativas de estudantes, docentes ou assistentes sociais, a análise realizada busca compreender o caráter coletivo da inserção do tema na agenda profissional. Isso para que possamos apreender tal processo de maneira completa e em seu movimento na realidade social. Fato que se faz claro quando Duarte (Duarte, 2014, p.78 *apud* Cisne; Santos, 2018, p.168) explica que, mesmo que tardivamente a aproximação do Serviço Social com a pauta das sexualidades e identidades de gênero foi [...] “proporcionada pela conjuntura política e de expressão dos movimentos sociais LGBTI+ e suas pressões por direitos e cidadania, na primeira década de 2000, institui, em sua agenda político-profissional, o debate e os estudos sobre a diversidade sexual e de gênero”.

Junto do movimento estudantil, outra instância organizativa da profissão se fez presente, o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). O Conselho Federal e a agenda profissional, não são nada se não resultado de confrontamentos políticos acerca de diversas temáticas, a da diversidade sexual inclusa⁵⁴. Por meio da atuação do Cfess a discussão ganha força.

As primeiras discussões nestes espaços contavam com um grupo numericamente reduzido de estudantes e profissionais interessados/as na temática, que aproveitavam o espaço dos eventos nacionais da categoria para planejar iniciativas de socialização de reflexões sobre a temática e trocar experiências e informações sobre diversidade sexual e Serviço Social. O fio condutor dos debates era a identificação do preconceito relacionado à orientação sexual como uma realidade no Brasil, que, ao se desdobrar na vida cotidiana, assumia particularidades no universo profissional (Santos, 2016,

⁵⁴ “[...] Vejam que a participação individual de assistentes sociais que atuam como militantes e / ou estudam a temática é muito importante. Contudo, enquanto profissão regulamentada, o Serviço Social constrói, de modo coletivo, uma agenda profissional no encontro nacional Cfess-Cress, antecedido de encontros regionais descentralizados, de acordo com a divisão regional do país. Nesses encontros, que contam com a representação da diretoria dessas entidades e da base da categoria, a agenda político profissional é discutida e aprovada” (Santos, 2016, p.33-34 *apud* Cisne; Santos, 2018, p.171).

p.97 apud Cisne; Santos, 2018, p.171-172).

O que, entretanto, colocou de vez o debate para a profissão de maneira mais ampla e generalizada foi a campanha “o amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito: amanhã pela livre orientação e expressão sexual”. A campanha foi aprovada em 2005 no 34º Encontro Nacional Cfess-Cress, mas só foi lançada em 2006 durante os encontros descentralizados prévios ao 36º Encontro Nacional (Cisne; Santos, 2018, p.172). Foi neste encontro que a campanha teve seu marco na forma de uma mesa temática (Idem). Porém não se limitou a isso, Cisne e Santos (2018, p.172-173) afirmaram que a campanha contou com diversas atividades antes de ser lançada nacionalmente, dentre elas: debates internos à diretoria do Cfess, socializados futuramente com os Conselhos Regionais de Serviço Social; oficinas voltadas à população LGBTI+ durante o 2º Fórum Social Brasileiro para ouvir essas pessoas e aprender indicações para a realização da campanha; Parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual (Divas) para elaboração do projeto da campanha com objetivo, metodologias e ações pragmáticas; além do já citado Divas, também fizeram articulação política com outros sujeitos políticos como a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); promoção de mesas temáticas nos cinco encontros descentralizados do conjunto Cfess-Cress em 2006; elaboração da Resolução Cfess n.489/2006.

A resolução Cfess n.489/2006 “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do Assistente Social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (Cisne; Santos, 2018, p.173). Segundo pesquisa realizada por Barros e Nunes (2023, p.169-170) apenas 29,4% de 17 discentes pesquisados conhecem a resolução, enquanto 29,4% conhecem em artes e 41,2% desconhecem. Segundo as autoras (Barros, Nunes, 2023, p.170) são alarmantes na medida em que

se o profissional não possui o conhecimento da Resolução 489/06, não há a possibilidade de que ele atue frente a esta questão lutando a favor da real efetivação do princípio do Código de Ética que indica que o assistente social deve possuir o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Para além das ações do Cfess-Cress – que geraram e ainda geram resultados positivos

em direção para com o debate⁵⁵ – a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) também ofereceu contribuições. As autoras (Cisne; Santos, 2018, p.176) apontam a condução da Abepss tanto na

parceria estratégica desenvolvida com a Enesso e com o conjunto Cfess-Cress, como [n]a criação em 2008 dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), que indiscutivelmente contribuíram para ampliar o debate em torno do feminismo, da diversidade sexual e da questão étnico-racial”.

Percebemos assim o caráter político e histórico da construção de novos paradigmas profissionais, sem cair em uma falsa neutralidade política. Nas palavras de Cisne e Santos (2018, p.176):

Tratar-se, portanto, do entendimento do caráter radicalmente histórico da agenda profissional, que se atualiza de acordo com as interações entre as lutas sociais, demandas postas no cotidiano profissional e reflexões desencadeadas no universo da formação e do exercício profissionais

4.2. As atuais tendências do debate acerca da diversidade sexual e de gênero no campo do Serviço Social

Tomando como base o artigo intitulado *Serviço Social a diversidade Sexual e de gênero: o estado da arte*, de Marco José de Oliveira Duarte e Carolina Pereira Fernandes (2023), pretendemos evidenciar as tendências – estado da arte – do debate em torno das temáticas da diversidade sexual e de gênero. Os autores partem da ideia de Vance (1995 apud Duarte; Fernandes, 2023, p. 203), para refletir, a partir do campo da sexualidade, “o que pensar sobre o referido tema na e para a área do Serviço Social?” (Duarte; Fernandes, 2023, p. 203) sob quatro aspectos: I) de lugar secundário ou periférico; ii) desencorajamento ou mesmo as tentativas de dissuadir a mudança sobre o tema; iii) tensão entre os paradigmas essencialista e construtivista sobre a sexualidade; e iv) lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema⁵⁶.

⁵⁵ Para ver as estratégias desenvolvidas pelo conjunto Cfess-Cress consultar *Feminismo, diversidade Sexual e Serviço Social* (Cisne; Santos, 2018, p.174-175).

⁵⁶ Esses quatro aspectos são explanados pelos autores (Duarte; Ferreira, 2023) no item *Considerações iniciais sobre o tema da sexualidade no Serviço Social*, mas aqui nos deteremos com mais afôco à lentidão das pesquisas e produções científicas sobre sexualidade em que os autores afirmam que “são poucas as unidades de formação acadêmica da área que incluem tal temática no sentido formal, através da grade curricular suas

Os autores tomam como base para sua análise, pesquisa realizada por eles nos 21 periódicos da área do Serviço Social⁵⁷. A pesquisa investigou as publicações entre 2010 e 2020⁵⁸ e utilizou como descritores: “diversidade sexual”, “LGBT”, “transexualidade”, “travestilidade”, “transgeneridade” e “homossexualidade” associado ao descritor-chave “serviço social” (Duarte; Fernandes, 2023, p. 209). Os autores encontraram 66 artigos sobre sexualidade que, após aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, diminuíram para 42 que “tratam especialmente da diversidade sexual” (Idem). Os autores inferem, a partir da pesquisa, que foram publicados uma média de 4 artigos sobre a temática por ano no intervalo da análise, que podem ser significativos, porém invisibilizados, apesar do debate amadurecido” (Duarte; Fernandes, 2023, p. 212) denotando a lacuna e lentidão do debate na produção de conhecimento da profissão.

A partir do levantamento, então, reconhecemos e duas tendências: uma diz respeito a produções mais amplas sobre o campo da diversidade sexual – com 20 artigos – e outro a partir de temáticas específicas, como a homossexualidade e a transexualidade – com 8 e 14 artigos respectivamente (Idem). Dentro dessas duas vertentes foram identificados dois subconjuntos:

[...] a) aos temas gerais dos direitos humanos e das políticas públicas voltados para LGBTQI+, com perspectivas teóricas críticas e b) aos temas específicos e esses são bem diversificados, como seus referenciais, destaca-se para os que mais se apresentaram, como serviço social, saúde, educação, família e violência, que são os mais expressivos na análise de conteúdo empreendida. [...] (Duarte; Fernandes, 2023, p.212)

Em diálogo com a mesma pesquisa, Ferreira e Irineu (2024, p.183) afirmam que o campo de estudos da sexualidade:

“mostra-se politicamente ativo, com requisições cada vez mais amadurecidas pela qualificação das demandas desses sujeitos e em constante disputa por grupos que intencionam implementar políticas sexuais determinantes para seus projetos societários.

disciplinas, mas também como linhas e projetos de pesquisa e extensão no cenário da formação profissional graduada e pós graduada (Duarte; Fernandes, 2023, p.208).

⁵⁷ A saber: Serviço Social & Sociedade; Katálysis; Revista de Políticas Públicas; Argumentum; Textos & Contextos; Em Pauta; O Social em Questão; Ser Social; Temporalis; Serviço Social em Revista; Gênero; Emancipação; Sociedade em Debate; Libertas; Direitos, Trabalho e Política Social; Oikos; Serviço Social e Saúde; Revista Praia Vermelha; Revista Serviço Social em Perspectiva; Moitará; e Serviço Social em Debate (Duarte; Fernandes, 2023, p. 208-209).

⁵⁸ Tendo em vista que 2010 foi o ano de criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades e o “debate sobre os temas do racismo, homofobia e machismo em uma mesa do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Julho, em Brasília (Duarte; Fernandes, 2023, p.209).

Os autores de *Diversidade sexual e de gênero e marxismo* vão além. Eles também chamam a atenção para a importância da pós-graduação em Serviço Social para o avanço do debate da sexualidade e gênero (Ferreira; Irineu, 2024, p. 183-184). O levantamento no Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq) de grupos de pesquisa sob linhas de pesquisa contendo os termos “sexualidade” e “LGBT”, mostra o amadurecimento do debate no Serviço Social (Ferreira; Irineu, 2024, p.184). Os resultados – 24 grupos sob o descritor da sexualidade e 18 sob LGBTI+ – são decorrentes de:

(i) a entrada de docentes LGBTI+ com implicação direta com o movimento LGBTI+ em suas trajetórias; (ii) a ampliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil nos últimos 15 anos; (iv) o fortalecimento do campo de diversidade sexual e de gênero a partir de redes como a Rede de Serviço Social, Sexualidade Diversidade de Gênero (Ressege) e aquelas fortalecidas no escopo do GTP de Opressões e Resistências, reunindo pesquisadoras docentes, estudantes e profissionais do Serviço Social; (v) e o aumento do campo em si e do número de eventos e periódicos , externos à área de Serviço Social, sobre a temática, os quais em sua maioria são interdisciplinares (Ferreira; Irineu, 2024, p.184-185).

Ainda no âmbito da pós graduação, Ferreira e Irineu (2024, p.185), em levantamento no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) averiguaram o trânsito geracional no vocabulário das produções sobre diversidade sexual e de gênero. A partir dos descritores “diversidade sexual”, “trans” e “homossexual” entre os anos de 2013 e 2023, identificaram expansão⁵⁹ das produções sobre a temática, principalmente nas dissertações de mestrado (idem).

As 32 dissertações e teses sob o descritor de “diversidade sexual” foram divididos em cinco eixos, a saber: i) quanto ao conceito que explica as relações de gênero; ii) em relação à concepção de sexualidade; iii) quanto à noção de diversidade ou diferença; iv) quanto à categoria que escreve as intersecções entre classe-raça-gênero-sexualidade; v) em relação ao projeto societário (Fernandes; Irineu, 2024, p.185-186)⁶⁰.

Ainda sobre as tendências do debate no âmbito do Serviço Social, Campos (2024), em sua dissertação de mestrado, nos traz importante análise sobre as produções apresentadas nos encontros da categoria. O autor (Campos, 2024) analisou três Congressos Brasileiros de

⁵⁹ Os resultados do levantamento para cada descritor apontam: “diversidade sexual” com 25 dissertações e 7 teses; “trans” com 25 dissertações e 5 teses; e “homossexual” com 11 dissertações e 3 teses.

⁶⁰ Fernandes e Irineu (2024, p.186-187) em sua análise, mostram as principais referências, nacionais e internacionais, para a discussão de cada um dos eixos citados.

Assistentes Sociais (Cbas) e dois Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess)⁶¹. A análise partiu dos achados de Cruz (2015), que identificou duas tendências:

A primeira tendência identificada possui como característica principal o entendimento de que os direitos e as políticas públicas conquistadas nos embates entre os movimentos sociais LGBTs e o Estado são necessários enquanto mediações para a construção de uma sociabilidade em que diversidade sexual será discutida de forma desalienante, com o reconhecimento quanto à possibilidade de expressar sentimentos livremente e que a emancipação humana não será considerada um sonho impossível e, por isso, tende a aprofundar estudos que respaldam a crítica à sociabilidade do capital (Cruz, 2015. p.83 apud Campos, 2024, p.91)

Já a segunda carrega um teor conformista do Modo de Produção Capitalista, buscando reformar a realidade, tornando-a humanizada. Seu horizonte não ultrapassa as fronteiras da sociabilidade burguesa, enxergando-a como a única possível. (Cruz, 2015. p.86 apud Campos, 2024, p.91).

O autor (Campos, 2024, p.91-92) contabilizou 18 artigos no 15º Cbas, 35 no 16º Cbas e 11 no 17º Cbas. Já no 16º e 17º Enpess encontrou 25 e 13 artigos respectivamente. Campos (2024, p.92) tem por objetivo “identificar qual a orientação que tem se expressado na produção da categoria; quais as direções que a categoria tem assumido para analisar a temática [d]a livre orientação sexual e de identidade de gênero”.

Nos Cbas foram encontrados: dois (2) artigos exprimindo a tendência número 1 e dezesseis (16) a tendência número 2 no 15º Congresso; quatro (4) na tendência 1 e trinta e um (31) na tendência 2 no 16º Cbas e; dois (2) na tendência 1 e oito (8) na tendência 2, além de um (1) artigo sendo excluído da análise (Campos, 2024, p.103). Já nos Enpess, o autor (Campos, 2024, p.110-111) registrou: na edição número 16, oito (8) na tendência 1 e dezessete (17) na tendência 2, com um (1) artigo excluído e; n 17º Enpess houveram quatro (4) na tendência 1 e nove (9) na tendência 2. Campos (2024, p.112) observou ainda que há uma prevalência na tendência número 2 nos Cbas e, quando em comparação, os Enpess tem mais publicações alinhadas à tendência 1.

É importante também notarmos que os autores e autoras trazidos aqui para compreendermos o atual estado da arte das produções sobre diversidade sexual identidade de gênero no Serviço Social brasileiro partem de pontos de vista diferentes. Duarte e Fernandes (2023, p. 202)⁶² tomam como “referência o artigo da antropóloga Carole Vance (1995),

⁶¹ A análise foi realizada nos anais do 15º, 16º e 17º Cbas e no 16º e 17º Enpess. A busca contemplou as palavras-chave: “Orientação Sexual”, “Diversidade Sexual”, “LGBT”, “Lésbicas”, “Gay”, “Bissexual”, “Travesti”, “Transexual”, “Transgênero”, “Homossexual” e “Identidade de gênero”, mas também apareceram na leitura dos títulos as expressões “transfeminina” e “dissidências sexuais e de gênero”.(Campos, 2024, p.90-91).

⁶² Assim como Ferreira e Irineu (2024) já que dialogam diretamente com Duarte e Ferreira e têm em sua pesquisa referência para a análise.

intitulado, *A antropologia redescobre a sexualidade*, que faz duras críticas à postura da antropologia frente ao campo de estudos da sexualidade [...]. Já campos (2024, p.89) parte do

Acúmulo realizado por cruz (2015), que teve por objeto analisar a “produção intelectual e política do serviço social brasileiro sobre a questão da diversidade sexual”, entre 1993 e 2013, identificando e caracterizando duas tendências teóricas de maior expressividade, sendo elas (1) tendência reformista e (2) tendência crítico-dialética. Aqui ressaltamos esta definição metodológica, reconhecendo a importância do acúmulo realizado por Cruz (2015), bem como a concordância teórica e metodológica com a autora.

Assim, prossigamos para a análise do material produzido para o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

4.3. O debate da diversidade sexual e identidade de gênero no XVII Enpess

A fim de contribuir com debate sobre a diversidade sexual e das identidades de gênero no campo de conhecimento do Serviço Social, realizaremos aqui a análise dos trabalhos submetidos ao XVII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess). O XVII Enpess foi realizado na cidade do Rio de Janeiro de 14 a 17 de dezembro de 2022. O evento, realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), conta com 718 artigos em seus anais. Destes, tomamos como material de análise, inicialmente, 26 artigos previamente selecionados pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os fundamentos do Serviço Social (Gepefss)⁶³. Nesta primeira seleção o Grupo dividiu os artigos sob dois descritores: “trans” e “sexualidade”. Sendo que 7 artigos pertenciam ao primeiro, 7 ao segundo e 12 à ambos.

Os trabalhos constam nas três categorias de exposição do encontro: apresentação oral (18 artigos), pôsteres e mesas coordenadas (4 artigos cada). Realizamos uma análise inicial dos trabalhos a partir da leitura dos resumos para delimitar eixos de análise norteadores da pesquisa, os quais foram: 1) conservadorismo e LGBTI+fobia; 2) direitos humanos e políticas públicas; 3) organização política e movimentos sociais; 4) bibliografia usada e; 5) atuação profissional de assistentes sociais. Foi a partir dessa primeira aproximação que também excluímos um artigo por não se debruçar sobre a temática das dissidências sexuais e de gênero. Em seguida realizamos a leitura integral dos trabalhos, ao passo que mais um artigo foi retirado da análise. Apesar do termo “sexualidade” que constava em seu resumo, o

⁶³ Grupo ligado ao Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

trabalho também não apresenta o referido debate sendo esta palavra citada apenas uma vez no resumo e uma vez no corpo do texto⁶⁴.

Restaram assim 24 textos sobre o tema aqui perquirido. São eles:

Tabela 3: Produções sobre a questão LGBTI+ das apresentações orais do XVII Enpess.

APRESENTAÇÕES ORAIS	
1	SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DA CATEGORIA JUNTO À POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS
2	INTERSECCIONANDO GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE SEXUAL: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro
3	ESTUDOS SOBRE FEMINISMOS E SEXUALIDADES: uma análise das Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília
4	SISTEMA PENAL BRASILEIRO E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS DE GÊNERO: A MORTE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA POLÍTICA LGBTI+ NAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS
5	SEXUALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL:saúde LGBTQIA+1 em questão.
6	SERVIÇO SOCIAL, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: uma análise a partir dos anais do CBAS 2019 e ENPESS 2018
7	SAÚDE MENTAL E POPULAÇÃO LGBTI+: sujeitos, políticas e lutas sociais em tempos históricos diferentes
8	O MOVIMENTO LGBTQI+: aspectos históricos e as lutas no brasil
9	FAKE NEWS, FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: Notas sobre a estratégia desinformativa da extrema direita no processo eleitoral brasileiro
10	EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES E LGBTI+ NOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL
11	DISPUTAS TEÓRICO-POLÍTICAS ENTRE A TEORIA QUEER E A TEORIA MARXISTA:confrontos e encontros possíveis no debate sobre diversidade de gênero e transgeneridades
12	DEFESA DE DIREITOS LGBTQIA+ NAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO LIBERAL
13	A RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTI+ EM SITUAÇÃO DE RUA
14	A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL À LUZ DOS DADOS SOBRETRANSFEMINICÍDIO E LESBOCÍDIO
15	“O HOMONACIONALISMO À BRASILEIRA”: uma análise das políticas públicasLGBTI+ no Brasil nos governos petistas de (2003 – 2016)

⁶⁴ Os artigos retirados da análise podem ser encontrados no Apêndice - B deste trabalho.

16	VIVÊNCIAS INTERSECCIONADAS À LUZ DOS FEMINISMOS: a luta das transfemininas para acessar e se manter no mercado de trabalho formal.
----	--

Fonte: elaboração própria

Tabela 4: Produções sobre a questão LGBTI+ dos pôsteres do XVII Enpess.

PÔSTERES	
17	GÊNERO COMO TECNOLOGIA: uma proposta contra-hegemônica.
18	COLISÕES DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A POLÍTICA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLENCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
19	OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
20	QUESTÃO SOCIAL, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL “Ano passado eu morri, e esse ano? ”QUESTÃO SOCIAL E GÊNERO

Fonte: elaboração própria

Tabela 5: Produções sobre a questão LGBTI+ das mesas coordenadas do XVII Enpess.

MESAS COORDENADAS	
21	DILEMAS DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS E CONSERVADOR
22	HISTÓRIA DA VIOLENCIA E ABJEÇÃO CONTRA LGBTI+ NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL
23	DESPROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE EXTERMÍNIO DAS VIDAS LGBTI+ NO CONTEXTO BRASILEIRO
24	O GOVERNO BOLSONARO E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: a “preservação sexual” como política pública

Fonte: elaboração própria

Os eixos de análise citados, serviram também como roteiro de leitura e permitiram a captação dos principais debates da categoria profissional sobre a temática da diversidade sexual e das identidades de gênero e o cenário geral das produções do XVII Enpess.

4.3.1. Eixo: conservadorismo e LGBTI+fobia

Como apontamos na introdução deste item, os textos utilizados nesta análise foram lidos na íntegra sob diferentes marcadores. Concentrando-nos sob o marcador “conservadorismo e LGBTI+fobia”, percebemos que todos os artigos abordam tal temática.

Encontramos em alguns dos textos possíveis definições mais abrangentes sobre “conservadorismo” ou “opressão”. O conservadorismo aparece no artigo 1 da seguinte forma:

Barroco (2015) afirma que o conservadorismo possui uma função ideológica de reprodução de um modo de vida e de ser que possui em sua gênese valores que precisam ser historicamente preservados, que baseiam-se na tradição e nos costumes previamente estabelecidos. (Artigo 1, p.15)

O artigo 14 afirma que:

No que se refere à pessoas LGBTI+, a LGBTIfobia, como sistema de opressão que resulta de processos sociais de diferenciação, classificação e hierarquização, produzindo desvantagens sociais às pessoas afetadas, incide, também, de forma negativa, na capacidade de resposta desse grupo que, somada às estruturas locais de poder, potencializam as desigualdades vivenciadas por esses indivíduos. (Artigo 14, p.8)

Através de uma retomada histórica das violências contra a população LGBTI+, no texto 7 o autor sintetiza que esse grupo

sofre e vem sofrendo preconceito e discriminação, que se manifestam de diversas formas: ora pela homotransfobia que se concretiza nas violências, seja física, psicológica ou moral, mas sempre limitadora na garantia e no exercício da cidadania. [...] ora pela negação do reconhecimento à diversidade sexual e de gênero, quando restrita a uma compreensão binária e naturalizada de gênero e sexualidade, desmerecendo que estas são construções sociais e históricas, apartando-se, desta forma, todos os sujeitos que vivenciam suas identidades de gênero e sexuais a partir de uma maneira dissidente das normas dominantes e hegemônicas da moral sexual burguesa. (Artigo 7, p.7-8)

Outros trabalhos abordam a questão do conservadorismo e da opressão contra LGBTI+ – o que é, como opera – já de forma explicitamente relacionada/imbricada com outros marcadores sociais. Isso aparece no texto de número 16.

Diante disso, convém aqui lembrar que a formação social e histórico-política do Brasil carrega consigo a chancela do escravismo e do patriarcado carimbado pelo estatuto de ex-colônia que faz com que o conservadorismo presente na atual cena da sociedade brasileira reforce ideologias opressoras de gênero, raça, classe, geração e sexualidade onde o racismo e o patriarcado atuam como motor que produz e impulsiona a

marginalização de sujeitos fortemente estigmatizados aprofundando as desigualdades e cerceando direitos. (Artigo 16, p.10)

E

Sendo assim, inferimos que colonialidade e escravização se constituem enquanto eixos estruturantes para a formação de trabalhadoras subalternizadas inseridas em relações sociais hierarquizadas e de dominação racial, o que significa dizer que “raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população [negra] e dos lugares de trabalho.” (Silva, 2021, p. 47). (Idem)

Outro indicador que aparece com frequência nos textos, com relação ao eixo do “conservadorismo”/“opressão” é o de ideologia de gênero.

E ainda o debate provocado pela ala conservadora apoiadora do Presidente Jair Bolsonaro sobre “ideologia de gênero”, que critica a pauta e a luta feminista com teor moralista e despolitizante, o que desencadeou projetos de lei como o conhecido por “cura gay”. (Artigo 3, p.10)

Rogério Diniz Junqueira (2007) assinala que a falaciosa expressão ‘ideologia de gênero’ é, na verdade, uma invenção, ou seja, um artifício retórico. Não pode ser confundida com um termo científico, visto que a sua elaboração jamais seguiu princípios e preocupações de ordem científica. O termo aflorou no âmbito de um projeto de poder, isto é, decidiu-se utilizar o “conceito” que melhor funcionasse politicamente segundo os objetivos dos atores que fomentavam essa ofensiva reacionária. Esta plataforma foi, inclusive, muito utilizada – com bastante sucesso e eficácia, diga-se – nas eleições presidenciais de 2018. (Artigo 2, p.6)

O conceito “ideologia de gênero” vem ganhando expressão no Brasil desde 2011 e tem sido uma narrativa disseminada para promover um clima de pânico moral, pois tem como proposta que instituições em nosso país, sobretudo a ligadas à educação estaria abalando os valores da família tradicional. De acordo com Miskolci e Campana (2017: 727), “as origens das ideias que sustentam a existência de uma “ideologia de gênero” podem encontrar-se no seio da Igreja Católica, mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger” que inicia ataques às ideias feministas sendo uma reação a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, promovida pelas Nações Unidas, em 1995. Foi nesta quarta conferência que o termo “mulher” foi substituído pelo conceito de gênero e reconheceu-se que a desigualdade da mulher é um problema estrutural. (Artigo, 19, p.5)

Essa falácia utilizada por setores conservadores serve para desmobilizar as pautas LGBTI+ e continuar na promoção da violência contra o grupo. Vemos pelos excertos retirados dos textos que esse termo foi fortemente utilizado na campanha eleitoral e no governo de Jair Bolsonaro. O ex-presidente – ainda em ofício no ano de 2022 – também foi assunto recorrente nos trabalhos, como vemos nos trechos abaixo:

Por fim, não se pode deixar de mencionar que o atual governo – movido

por inúmeros despautérios e estultícias em iguais medidas, bem como por reacionarismo, conservadorismo e anticientificismo nunca antes vistos na história desse país – deixa evidente seu profundo desrespeito por mulheres, negros(as), indígenas, LGBT+ e outras minorias sociais. Assim, engendra-se no país o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988. Com efeito, o projeto em curso favorece de forma inequívoca o avanço do grande capital estrangeiro sobre a economia brasileira, reforçando as alianças entre a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano. Como exemplos de tal favorecimento, pode-se destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº95 de 2016 – estabelecendo, como mencionado, um teto para investimentos públicos por 20 anos – e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que agravam ainda mais o cenário de desemprego de mais de 13% que assola a classe trabalhadora. (Artigo 2, p.14)

Em seguida temos o presidente Bolsonaro que afirma que: “ter filho gay é falta de porrada” (Portal Geledés, 2014). Desta forma, muitos conservadores estão surgindo por se sentirem representados por pessoas públicas e fortalecendo uma nova onda conservadora no Brasil. Os últimos anos foram assolados por um empenho proeminente de moralização da política sexual brasileira, na qual possui atores relacionados às bancadas e instituições religiosas como agentes de influência de seu repertório civil (Monteiro; Silva; Sales, 2018) (Artigo 8, p.6)

A esse respeito, Corrêa (2018) aponta sua discordância com as leituras que vinculam tal debate à cortina de fumaça, como se as dimensões de gênero e sexualidade na cena pública ocultassem a drástica neoliberalização da economia. Não por acaso, o Governo Bolsonaro se tornou central para a manutenção da agenda conservadora no palco internacional, reafirmando o compromisso com a cruzada antigênero, ao promover a implementação e o financiamento de programas e projetos voltados ao fortalecimento da família heteronormativa, patriarcal e binária. (Artigo 9, p.10)

Postas à prova por meio de um sistema binarista cisgênero, cada vez mais endossado em discursos da atual gestão presidencial, de cariz fundamentalista, à moda de meninos vestem azul, meninas vestem rosa" (frase entoada por sua ex-ministra evangélica que ocupava logo a pasta da “Mulher, Família e Direitos Humanos”), essas sujeitas trans, tal como aponta Lustosa (2016, p. 404), tem de se submeter permanentemente à ideia de passabilidade, que "diz respeito à correspondência entre a leitura social e o gênero com o qual a pessoa se autodeclara e se identifica". (Artigo 11, p.7)

De acordo com Benevides e Nogueira (2019) o Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A grande maioria da população Trans no país vive em condições de exclusão social e de miséria, onde não tem acesso à saúde, educação, qualificação profissional, tampouco oportunidades de inclusão em trabalhos formais além de não haverem políticas públicas que considerem suas demandas específicas. “Mas não só: o que era ruim piorou ainda mais neste ano, com a eleição de um governo que é explicitamente transfóbico por ideologia.”(Benevides; Nogueira, 2019) (Artigo 18, p.4)

No atual contexto brasileiro de recrudescimento do conservadorismo, que

se explícita nas estratégias da gestão Jair Bolsonaro, temos visto largos retrocessos no investimento para políticas públicas destinadas à população LGBTI+, como indica a plataforma Gênero e Número em recente publicação ao demonstrar que o Ministério da Família, Mulheres e Direitos Humanos não gastou os recursos destinados às ações planejadas para população LGBTI+. Ou mesmo em decisões autoritárias recentes da área de Cultura em não contemplar em seus editais projetos que abarquem temas LGBTI+. (Irineu, 2021). (Artigo 23, p.10-11)

Sobre este caráter autoritário do governo e Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022) também vemos correspondência no artigo 3 em relação às produções sobre feminismo e sexualidade:

Importante destacar que pesquisas que versam sobre tais questões sofreram perseguições, especialmente diante do avanço conservador com o Governo do Presidente Jair Bolsonaro (PL), além do desfinanciamento para pesquisa, influenciando negativamente a difusão e aprofundamento dessas temáticas nos Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado. (Artigo 3, p.3)

Ainda sobre o ex-presidente, para além das já citadas medidas implementadas por seu governo de caráter conservador/reacionário, o texto de número 24 aprofunda nas análises das políticas de “educação sexual” do período. Trazendo apenas um exemplo do importante debate:

Como corolário da ampliação da expressividade política dos grupos conservadores religiosos e de suas articulações com a direita neoliberal, ocorreu também a retirada dos termos e do debate de gênero e diversidade sexual dos currículos escolares no Plano Nacional de Educação, o que implicou em evidente retrocesso para o campo dos direitos humanos e em desproteção de parcela significativa de jovens e crianças que vivem em contextos que os expõem mais às violações de seus direitos sexuais e reprodutivos, como temos assistido na mídia e constatado pelas estatísticas quanto aos casos de estupros e abusos sexuais com crianças e adolescentes, em especial as jovens pobres e negras (Vigano, Laffin, 2019; Zan, Krawczyk, 2019; Unicef, FBSP, 2021). (Artigo 24, p.4)

Outra forte tendência encontrada nos artigos foi o grande enfoque nas populações trans e travestis. São eles os artigos 1, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21. Isso não significa que os demais não discutam também sobre a diversidade de gênero, mas que esses realizam o debate de maneira mais focalizada nestes sujeitos. Como por exemplo na análise do artigo 14 sobre o impacto das violências contra a população LGBTI+ que se intensificaram no contexto da pandemia de Covid-19:

Permanecer em casa, tornou-se, portanto, um desafio para mulheres e LGBTI+, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares, obrigando-as a conviver com seus agressores por um período mais prolongado. Prova disso é o aumento no número de feminicídio e transfeminicídio em vários estados brasileiros. (Artigo 14, p.8)

No artigo 13 vemos como a pandemia influenciou a vida da população trans e travesti, bem como parte da violência sofrida por essas pessoas se dá no âmbito relacional/afetivo:

Além disso, o estudo também informa que as pessoas trans também sofreram intensamente os efeitos da crise sanitária, econômica e social da pandemia da covid-19, com dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de empregos em empresas. (Artigo 13, p.8)

Além disso, os relatos apontam que o parceiro/namorado das travestis e transexuais entrevistadas foram apontados como agentes perpetradores das violências sofridas. Na narrativa, várias mulheres trans evidenciaram que este segmento sofreu algum tipo de violência física ou ameaças praticadas pelos próprios parceiros de relacionamentos que começaram na rua. (Artigo 13, p.7)

No artigo 18 também encontramos evidências dessa intensificação relacionada com o ambiente familiar e demais espaços.

As travestis e transexuais são as que mais sofrem com o preconceito e a discriminação no ambiente familiar e social, no entanto isso se estende por outros caminhos. Os trans e travestis sofrem além dessa descriminação em seus lares, também nos serviços de saúde, entre outros, nos quais prepondera a dificuldade de aceitabilidade e empregabilidade no mundo do trabalho e ocupação, evidenciando que não é somente na rua os episódios de violência, mas também, sofrem a violência doméstica, dentro de seus lares. (Silva, 2016) (Artigo 18, p.2)

Ainda no artigo 18 podemos ver como a questão da violência doméstica, abarcada pelos artigos 13 e 14, afeta mulheres transsexuais e travestis. Também nos mostra os prejuízos do Estado não reconhecer essas violências da mesma forma que o faz no caso de mulheres cis:

É evidente que essa população sofre violência de caráter físico, mental, social e psicológico. O feminicídio poderia vir como um auxílio de proteção á essas vítimas, em especial no condizente á violência doméstica. No entanto essas pessoas para obterem reconhecimento acerca de suamudança de gênero necessitam de cirurgia e ação judicial para serem

reconhecidas como mulheres, o que demonstra que a lei do feminicídio não se enquadra à proteção delas, e representa uma forma de discriminação. (Artigo 18, p.12)

Também gostaríamos de destacar a constante de alguns assuntos do Enpess analisados aqui e edições anteriores. O artigo 6 analisou os anais do XVI Enpess, realizado no ano de 2018 em Vitória - ES, e a partir dele percebemos assuntos também abordados no evento de 2022. Por exemplo, a população LGBTI+ em situação de rua (artigo 13), processo transsexualizador (artigo 21), acesso ao mercado de trabalho por pessoas travestis e transsexuais (artigo 16) assim como trabalhos que analisam movimentos sociais, como vemos no excerto.

Quanto às temáticas abordadas, a transexualidade novamente foi o destaque, com enfoques no acesso ao mercado de trabalho por pessoas travestis e transsexuais, o processo transexualizador no âmbito do SUS. Ainda tiveram artigos relacionados à permanência estudantil, cuidados paliativos, população LGBTI+ em situação de rua, organização e atuação do movimento social e família homoafetiva. Mas a temática que perpassou todos os artigos foi a questão da violência LGBTIfóbica. Quanto às políticas públicas, novamente os artigos faziam maior referência à Saúde, acreditamos que por conta da discussão do PT/SUS. Os textos ainda fizeram referência às políticas de Educação e Assistência Social. (Artigo 6, p.8)

4.3.2. Eixo: Políticas públicas e direitos humanos

Dentro do âmbito das “políticas públicas e direitos humanos” também podemos inferir alguns padrões nos textos selecionados. Podemos perceber que, de modo geral, 4 artigos tem concentração no campo da saúde – artigos 1, 5, 7 e 21. Com especial atenção para o trabalho de número 7, que se centra nas discussões sobre a saúde mental das pessoas LGBTI+.

Por isto a importância de sinalizar que o cuidado integral à saúde envolve a formação permanente da equipe de saúde para uso de uma linguagem apropriada, a familiaridade básica com as questões de saúde e saúde mental mais frequentes dessa população, como os impactos da LGBTIfobia, discriminação, abuso e violência, saúde mental, depressão, risco de suicídio, uso prejudicial de álcool e outras drogas, prática sexual segura, violência doméstica, cuidados com HIV e outras IST, a garantia do nome social, se for o caso, além dos sigilos no atendimento. (Artigo 7, p.9-10)

Ainda sobre isso, encontramos trabalhos cujo enfoque principal se dá em outras

áreas. O artigo número 2 realiza debate acerca do sistema prisional e a população LGBTI+ privada de liberdade; artigo 12 trata do campo da assistência social, especialmente da população trans e travesti em situação de rua; artigo 19 sobre a educação básica e a população trans e travesti e; artigo 24 sobre as políticas em educação sexual no governo Bolsonaro.

Muitos dos artigos realizam um preâmbulo histórico sobre as políticas públicas que são voltadas para a garantia dos direitos humanos das pessoas LGBTI+. Temos, por exemplo, o Programa Brasil Sem Homofobia de 2004 como o que mais aparece nos textos – artigos 3, 5, 8, 15, 21, 24. Aparecem também outros instrumentos legais como: Decreto N. 8.727/2016⁶⁵, N. 1820/2009⁶⁶, lei 7716/1989⁶⁷, etc. Ainda nessa linha de análise, aparecem em 6 trabalhos – 4, 8, 11, 15, 18, 21 – a necessidade de judicialização das agendas da população LGBTI+, pautadas pelos movimentos sociais, para a garantia de direitos.

Gostaríamos de salientar ainda que 2 textos abordaram o conceito de

pink money:

Pessoas LGBTQIA+ passam a ser ativos tal qual as demais, assujeitadas pela interpelação ideológica e, inclusive, participando da circulação mercantil de suas identidades e expressões, reificadas na forma do pink money (Leite, 2020). Mais: as perversas interpelações no neoliberalismo sugestionam às pessoas LGBTQIA+ que, podendo consumir, iniciariam um processo de reconhecimento pleno de sua cidadania, o que, além de capturar parcela dos movimentos, dificulta a articulação e o diálogo com movimentos declaradamente anticapitalistas, estimulando mútuas desconfianças e – é importante que isso não seja negado – ideais e sentimentos homofóbicos persistentes em muitos militantes de esquerda. (Artigo 12, p.8)

O mercado encontrou um enorme nicho para lucrar por meio de propagandas e produtos com foco no público LGBTQIAP+. Dentro do próprio movimento LGBTQIAP+ (ou pelo menos parte dele) se faz discussões sobre o pinkmoney e criticam empresas com a fachada LGBTQIAP+friendly em seus produtos e propagandas, mas que

⁶⁵ “O referido Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. (Artigo 19, p.10)

⁶⁶ “Seguindo o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais construídas durante os governos petistas, no âmbito da promoção dos direitos humanos da população travesti e transexual as conquistas se dão em 2009 com a aprovação da Portaria nº 1.820/2009, que instituiu o direito ao uso do nome social nos serviços de saúde em todo o Brasil”. (Artigo 15, p.10-11)

⁶⁷ “Em termos de criminalização da LGBTfobia no território brasileiro, somente em 2019 foi aprovada a legislação que compara ao crime de racismo por meio da Lei nº 7716/89. Foram mais de 519 anos para o Estado brasileiro reconhecer a violência sofrida por essas pessoas, vale ressaltar que essa não foi uma legislação que partiu do Executivo, mas do judiciário por intermédio do STF”. (Artigo 15, p.12)

internamente são LGBTQIAP+fóbicas e não promovem mudanças reais em seu espaço corporativo. Questiona-se também, ao se falar sobre representatividade, quem, quais os corpos e como representam e ocupam os lugares nos meios de comunicação como em propagandas, que em geral são corpos cisgêneros, brancos, magros e sem deficiência. (Artigo 17, p.9)

Essas abordagens se relacionam diretamente com o texto de número 15 que debate a forma como os direitos LGBTI+ são utilizados pelo Estado brasileiro para encobrir ações de cunho nacionalista. O chamado “homonacionalismo” trata-se, portanto, da:

[...] defesa de direitos pela via do progresso, mascarando frequentemente as contradições de gênero, raça/etnia e classe que se refletem na sociedade. O estudo desse fenômeno é importante para profissionais, militantes e estudiosos que se dedicam à tarefa constante de entender a realidade e as contradições que perpassam os direitos na democracia burguesa, portanto, trata-se de uma ferramenta analítica decolonial crítica. (Artigo 15, p.2)

4.3.3. Eixo: Movimentos sociais e organização política

Através do marcador da “organização política e movimentos sociais” podemos extraír algumas perspectivas. A maior delas é o reconhecimento das políticas públicas como fruto da organização e luta políticas da classe trabalhadora, principalmente, neste contexto de análise, do movimento LGBTI+. O artigo número 3, por exemplo, afirma que o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), muito presente nas produções aqui examinadas, é fruto desta relação.

Símbolo desses avanços, fruto da aliança entre o movimento, até então, LGBT (a abreviação passa a se estender, de modo a agregar mais formas identitárias em seu significado) e o Estado, foi o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) instaurado no ano de 2004, o qual visava um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT. (Artigo 3, p.6)

Ainda sobre este programa, o texto de número 5 nos mostra que, concomitantemente, o programa também possibilitou espaços de participação popular:

Ainda que a realidade de desresponsabilização do Estado frente a essas ações seja uma forte característica desse processo é importante destacar que no bojo do Programa Brasil sem Homofobia foi criado um importante canal de participação dos/as usuários/as que pode se consolidar, a depender das forças políticas em jogo, em um instrumento de pressão popular sobre

a gestão pública. (Artigo 5, p.9)

Sobre as influências dos movimentos sociais e organizações políticas sobre as ações do Estado encontramos os seguintes trechos:

No entanto, mesmo que o Estado-Nação reconheça a necessidade de delimitar a discriminação e a marginalização da população LGBTI+, com proteção respeito ao direito à sexualidade, a orientação sexual e as expressões da identidade de gênero no âmbito da saúde e saúde mental – devido a demanda dos movimentos sociais organizados em suas reivindicações por direitos e políticas públicas específicas –, há a imperiosa necessidade de que esta pauta se concretize em uma agenda política imediata [...]. (Artigo 7, p.7)

A criação do Centro de Acolhimento à Pessoas LGBTI+ no município do Rio de Janeiro nasce através de uma demanda antiga do movimento social em defesa dos direitos LGBTI+, é reveladora de um processo muito incessante que há algum tempo vinha se despondo no município do Rio, que é a organização da sociedade civil. Trata-se de uma iniciativa de um aparelho local de Estado cujos sujeitos que o idealizaram são oriundos da organização da sociedade civil. (Artigo 13, p.8-9)

Esse acontecimento [a abertura para representatividade e visibilidade de LGBTI+ de países como EUA, Israel, França etc.] advém do processo de luta constante desses sujeitos organizados organicamente em coletivos, grupos, partidos políticos, associações, organizações não governamentais e em movimentos sociais, que impacta em um processo de ampliação do Estado, utilizando-se da categoria gramsciana, para as políticas públicas voltadas para essa população. (Artigo 15, p.4)

É fundamental demarcar que essa política foi se delineando a partir do intenso protagonismo de pesquisadores que também ocupavam o lugar de profissionais em universidades e hospitais universitários e que a partir desse lugar de pesquisadores e técnicos, angariaram forças políticas que foram capazes de ouvir as demandas das lideranças do movimento social e aglutinar em torno dessas demandas, sujeitos políticos como as universidades, grupos de pesquisas, técnicos da área de saúde, operadores do direito, entre outros. (Artigo 21, p.3-4)

Durante os anos 2000, percebemos que os movimentos sociais ampliaram seus espaços na agenda pública em pleitos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, conquistaram avanços em marcos regulatórios, diretrizes e políticas públicas, postulando a importância e a transversalidade do debate de gênero e sexualidade no âmbito das mesmas (Leite, 2019; Carvalho, Sivori, 2017). (Artigo 24, p.2)

Vê-se também em diversos artigos uma retomada histórica do movimento LGBTI+ no Brasil e no mundo. Vemos que diversos grupos históricos do movimento são trazidos à baila como por exemplo o grupo Somos, Triângulo Rosa, Grupo Gay da Bahia, ABGLT, Associação das Travestis e Liberados, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais,

revista Lampião da Esquina, ChanacomChana – artigos 5, 8, 17. E ainda marcos internacionais como a revolta de Stonewall⁶⁸, Gay Liberation Front⁶⁹ e Gay Activist Alliance⁷⁰ – artigos 7, 8.

Diversos artigos trazem uma visão de “apassivamento” ou do esfriamento da atuação dos movimentos por uma “institucionalização”. São os seguintes artigos/trechos:

Esse período [da epidemia do HIV] foi então um marco do ativismo LGBTQIA+, particularmente, as travestis e transexuais, onde o movimento passou a ser protagonista na construção da política pública, muitas vezes incidindo por dentro da gestão, o que sempre constituía um campo arenoso, dado o direcionamento político em curso dos governos petistas ao buscarem a despolitização e o apassivamento dos movimentos sociais. (Artigo 5, p.7)

Em maior nível, essa dinâmica presenciou a segmentação das lutas sociais, cujas bandeiras fragmentadas se exaltam no discursoneoliberal de autonomia, reforçado pelo Estado, que coopta lideranças para ocupar cargos do governo, enfraquecendo os movimentos sociais. (Artigo 11, p.12)

Em relação ao movimento LGBTI+ houve muita expectativa sobre o governo [Lula], para Birolli “a agenda das mulheres e da população LGBT tem sido parte de barganhas nas quais os setores reacionários impuseram sua agenda” (2018, p. 195), ao mesmo tempo, que por parte de alguns setores sindicalistas e movimentos sociais aconteceu, também, uma forte institucionalização desses sujeitos juntos à governança, foi um momento de refluxo e de apassivamento das lutas sociais, alinhado à esse projeto a UNE, a CUT que se colocam como principais aliados (Iasi, 2012). (Artigo 15, p.8)

É possível que o processo de “onguização” ocorrido nos anos 1990/2000, onde parte dessas lideranças se relacionaram com o Estado mediados pela busca de financiamento para suas organizações não-governamentais (ONG) que, de forma terceirizada, executavam ações que deveriam ser assumidas organicamente pelo Estado, tenha contribuído para a constituição de uma cultura onde o SUS não seja compreendido como um

⁶⁸ “A Rebelião de Stonewall, também conhecida como Revolta de Stonewall ou simplesmente Stonewall, foi uma série de protestos espontâneos realizados por membros da comunidade LGBTem resposta a uma batida policial que começou nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn no bairro de Greenwich Village, em Lower Manhattan, na cidade de Nova York”. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rebeli%C3%A3o_de_Stonewall.

⁶⁹ A Gay Liberation Front (GLF), em português “Frente de Libertação Gay”, “foi o nome de vários grupos de libertação gay, o primeiro dos quais foi formado na cidade de Nova York em 1969, imediatamente após os distúrbios de Stonewall. Organizações semelhantes também se formaram no Reino Unido, Austrália e Canadá”. Demais informações disponíveis em: https://en.wikipedia.org/wiki/Gay_Liberation_Front.

⁷⁰ A Gay Activists Alliance (GAA, em português “Aliança de Ativismo Gay” “foi fundada na cidade de Nova York em 21 de dezembro de 1969, quase seis meses após os distúrbios de Stonewall, por membros dissidentes da Frente de Libertação Gay (GLF). Em contraste com a Frente de Libertação, a Activists Alliance serviu única e especificamente aos direitos gays e lésbicos, declarou-se politicamente neutra e queria trabalhar dentro do sistema político”. Demais informações disponíveis em: https://en.wikipedia.org/wiki/Gay_Activists_Alliance.

grande baluarte a ser assegurado e defendido por parte desses movimentos, que, em geral, lutam por ampliação de acesso assistencial, sem lutar por uma radicalização do sistema único de Saúde como um direito para todos. (Artigo 21, p.12)

Percebemos que esses processos de “apassivamento” do movimento LGBTI+ aparecem de forma contraditória com essa maior abertura dos governos petistas – como no programa BSH (artigo 5, p.9) – para sua agenda e demandas:

É importante prestar atenção para a conjuntura política mais favorável, inclusive para a mobilização que o movimento (naquela época denominado) LGBT vinha tecendo nas entradas do então governo Lula, com a criação de canais políticos e ações direcionadas às suas demandas, ainda que de forma fragilizada. (Artigo 21, p.4)

É imprescindível demarcar que a divisão desta análise entre diferentes eixos é meramente metodológica. Não pretendemos segmentar os artigos analisados de modo a visualizar apenas uma faceta do conteúdo das produções, até porque isso não seria possível. A cisão em diferentes eixos nos possibilita apenas aglutinar itens parecidos nos diferentes trabalhos a fim de captar suas perspectivas gerais e tais eixos na totalidade da vida social não se separam. A exemplo disso podemos ver em diversos artigos a respeito da atual onda conservadora que surgiu como reação aos avanços da agenda dos movimentos sociais LGBTI+:

Podemos considerar que o avanço de algumas pautas do movimento LGBTI+, como o reconhecimento pelo Estado da união civil homoafetiva, o direito de casais homoafetivos adotarem crianças, o reconhecimento do nome social da “população T”, o aumento da representatividade da mídia, etc., contraditoriamente, contribui para que os indivíduos imersos nas limitações cognitivas do cotidiano, alinhadas a crenças e valores conservadores, sejam convencidas de que existe um “kit gay” e que a “família tradicional brasileira” está em risco. (Artigo 9, p.14)

A partir do esgarçamento das políticas conciliatórias do período dos governos PT, em uma fusão com o ódio a democracia e dos avanços de algumas reivindicações de movimentos feministas, negros e LGBTI+, se fortalece um discurso anticorrupção que sempre é acionado na história brasileira. O bolsonarismo e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 são exemplos desse movimento que preserva a política neoliberal e vocifera uma moral conservadora em defesa da família e da propriedade ao mesmo tempo em que promove uma política antidireitos humanos com financiamento federal. (Artigo 23, p.6)

Entretanto, já em 2010, percebemos a ampliação da visibilidade e a afirmação pública das narrativas conservadoras em torno das pautas trazidas pelos movimentos sociais em ascensão, que articularam o que foi

compreendido como a instalação de um “pânico moral” em torno da sexualidade juvenil, fundado na ideia de que o Estado estaria agindo em prol do desvirtuamento das crianças e das famílias brasileiras. (Artigo 24, p.3)

Na análise dos anais também chama atenção o debate trazido pelo artigo 17 sobre as possibilidades a partir de coletivos virtuais para a expansão das pautas do movimento LGBTI+:

Esses espaços ultrapassavam e ultrapassam a dimensão da cultura e entretenimento para articulação de movimentos políticos sociais. Inclusive, muitas vezes foram os únicos espaços possíveis para a construção política dessa população, elucidando referências e saberes únicos dessa comunidade. Desse modo, as expressões artísticas sempre foram tecnologias/ferramentas extremamente importantes na construção de movimentos sociais nessa disputa e tensão com o padrão moral, sexual e de gênero imposto. (Artigo 17, p.4)

E ainda ações entre atores sociais para a criação de ferramentas que garantem a segurança de pessoas LGBTI+, garantindo maior proteção:

Outro exemplo do uso de ferramentas virtuais é o aplicativo Dandarah, criado a partir do Projeto Resistência Arco-Íris da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), em parceria com Antra e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Esse aplicativo se propõe a ser um ecossistema virtual, sendo um canal informativo, mas também um espaço para denunciar, registrar, enfrentar e evitar diversas formas de violência. Assim, por meio de avaliação dos próprios usuários será possível mapear locais seguros para a comunidade LGBTQIAP+. (Artigo 17, p.8)

Ademais, o texto de número 10 tem como enfoque a experiência de auto-organização de mulheres e LGBTI+ em movimentos sociais. O artigo apresenta a organização desses grupos no interior de movimentos populares identificados como pertencentes ao Projeto Popular para o Brasil. Aborda os seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Levante Popular da Juventude, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). O artigo, a partir do entendimento de que o capitalismo brasileiro existe em uma dinâmica própria que congrega capital, patriarcado e racismo (artigo 10, p.10). Exigindo, assim, uma luta política em torno de um projeto político que articule lutas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas (Artigo 10, p.10-11).

Esse processo é fruto de um legado histórico das lutas feministas, LGBTI+ e das organizações de esquerda no Brasil. Também é fruto de uma situação conjuntural que, mediante o avanço dos setores conservadores na última década, exige posturas ativas das organizações de esquerda em defesa da igualdade entre os sexos, da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A parceria entre as organizações do Projeto Popular, com o movimento feminista e movimentos LGBTI+ nacionais e locais endossa a perspectiva de que as lutas antipatriarcais tornam mais complexos e potentes os enfrentamentos no âmbito das lutas de classes. (Artigo 10, p.11)

4.3.4. Eixo: Atuação profissional de assistentes sociais

Na maioria dos artigos que perpassam o eixo a respeito da atuação profissional de assistentes sociais junto à população LGBTI+ encontramos a menção à atuação do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (Cfess-Cress). Por meio de resoluções e campanhas que abarcam a questão LGBTI+ tais entidades impulsionam discussões e atitudes que contribuem positivamente para o enfrentamento da discriminação. Como é o caso da campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”:

inclusive um dos marcos da atuação do Serviço Social no campo da diversidade sexual e de gênero e, consequentemente, da atuação junto à população travesti e transexual, ocorreu em 2006, quando o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) lançaram a campanha nacional “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” pela livre expressão e orientação sexual. Tal campanha teve o intuito de abordar a desconstrução da heterossexualidade como única possibilidade de orientação sexual aceita socialmente e propôs também denunciar a negação de direitos que sofre a população LGBTQIA+ com todas suas expressões de gênero e sexualidade. (Artigo 1, p.2-3)

Além do texto de número 1, outros artigos selecionados também abarcam a campanha, como é o caso dos artigos 5, 6 e 22. A campanha se concretizou também enquanto material do “Cfess Manifesto” no ano seguinte. Outras ações nesta linha incluem a promulgação da resolução n. 489/2006 – aparece nos artigos 1, 2, 3, 6 e 22 – pelo Cfess a qual

estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional (Artigo 3, p.6)

A resolução 594/2011 – aparece nos artigos 1 e 6 – que atualizou

[...] o Código de Ética do/a Assistente Social – flexionando o gênero em todas as situações cabíveis, substituindo a expressão “opção sexual” por “orientação sexual” e inserindo no 11º princípio, a categoria “identidade de gênero” [...]. (Artigo 6, p.15)

Há ainda ações mais focadas nas pessoas trans e travestis, sejam elas usuárias das políticas ou profissionais do Serviço Social. Um exemplo são as resoluções do Cfess que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de assistentes sociais trans e travestis no documento de identidade profissional como as resoluções 615/2011 – aparece nos artigos 1, 2, 3, 5, 6, 17 e 22 – e a resolução 785/2016 – abordada nos artigos 1 e 6. De forma mais específica, no que se refere ao atendimento de usuários/as trans por profissionais do Serviço Social, encontramos a resolução 845/2018 – artigos 1, 3, 5, 6 e 22 – “que dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador” (artigo 22, p.13).

Outros materiais encontrados nos artigos são: o folder orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no conjunto Cfess-Cress de 2019 e o caderno 4 da série “assistente social no combate ao preconceito” sobre transfobia, ambos citados pelo artigo 17; o Cfess manifesta “família e diversidade: pelo direito de amar e conviver” citado pelo artigo 1; Cfess manifesta “Direito à identidade Trans” que aparece nos artigos 1 e 17; e a realização do “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero” que apareceu nos artigos 1, 5, 17 e 22.

Além disso, a discussão sobre as demandas colocadas para o Serviço Social também aparece nos textos. De acordo com o artigo 1 (p.5) a população LGBTI+, em especial as pessoas trans e travesti demandam respostas as quais assistentes sociais são fundamentais. Isso porque são demandas que partem do “reconhecimento da dinâmica relacional do usuário a fim de promover estratégias de inserção social na família, no trabalho, nas instituições de ensino e nos demais espaços sociais que atravessam a vida da população”. (Idem). E continuam:

Nesse sentido, destacando o campo da saúde enquanto um dos principais espaços de atuação da categoria, bem como de atendimento de assistentes sociais à travestis e transexuais, identifica-se uma gama bastante

diversificada de demandas para o serviço, que ultrapassam barreiras hospitalares, trazendo desafios para a categoria no que tange à intersetorialidade das políticas públicas, uma vez que muitas das orientações solicitadas são em outras esferas que não a da saúde e que não são possíveis de serem alcançadas no âmbito hospitalar. (Artigo 1, p.5-6)

No artigo de número 2 também encontramos este debate. Além de enfatizar a composição majoritariamente feminina do corpo de profissionais do Serviço Social e o perfil de usuários presentes no cotidiano de intervenção – principalmente de mulheres negras – (artigo 2, p.11), aborda a gama de demandas postas à profissão:

Além disso, há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, garantia de direitos sexuais, como a oficialização do casamento civil para LGBTs, atendimento de vítimas de LGBTfobia, discriminação e preconceito em relação à raça, dentre outros. (Artigo 2, p.11-12)

4.3.5. Eixo: Bibliografia usada

A bibliografia que aparece nos artigos analisados conta com diversos autores. Os nomes que se seguem nesta exposição foram extraídos a partir das referências bibliográficas dos artigos. Desde autores/as basilares e já consolidados para o Serviço Social como Karl Marx (3 citações e 1 junto com Friedrich Engels), Maria Carmelita Yazbek (2 citações) e Marilda Villela Iamamoto (5 citações e 1 junto de Raul de Carvalho). Até diversos autores/as do campo da sexualidade e gênero, tanto de dentro quanto de fora do Serviço Social. São eles: Judith Butler (9), Bruna de Almeida Irineu (8 citações e outras 3 em trabalhos conjuntos); Marco José de Oliveira Duarte (5 citações e 2 em outros trabalhos em conjunto); Michel Foucault (6); Berenice Bento (5); Guacira Lopes Louro (4).

O livro da biblioteca básica do Serviço Social “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social” também aparece como uma das obras mais citadas com 4 referências. As autoras do texto também aparecem mais vezes. Mirla Cisne é citada mais 2 vezes, Silvana Mara de Moraes Santos também é citada mais 2 vezes (além de um trabalho conjunto).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto até aqui neste trabalho de conclusão de curso podemos ver como vem se constituindo historicamente o processo de gênese, desenvolvimento e possibilidades de superação da opressão contra a população LGBTI+. A retomada histórica do surgimento da família como conhecemos hoje e como seu desenvolvimento está imbricado na gênese da sociedade burguesa é de grande importância para o entendimento da questão. Essa base nos possibilita entender como a opressão LGBTI+ é produto e ao mesmo tempo reproduz a sociedade capitalista, assim como outras formas de violência. Somente é possível alcançarmos essa relação dialética quando tomamos a questão pelo ponto de vista da totalidade da vida social. É neste ponto que reside a necessidade do materialismo histórico-dialético. Com essas lentes somos capazes de reconhecer a razão de ser das violências contra indivíduos LGBTI+, como operam e se reatualizam cotidianamente.

O enlace entre o modo de produção capitalista e a opressão LGBTI+ é constatação fundamental para o estudo da diversidade sexual e de gênero. É uma compreensão indispensável tanto para a defesa da liberdade real – como consta em nosso código de ética – e da luta por uma forma de sociedade radicalmente diferente da atual; quanto para sermos capazes de olhar a história da luta LGBTI+ no mundo de modo realmente crítico. Sem partir para constatações que afirmam que experiências socialistas são intrinsecamente anti-LGBTI+ ou vice-versa. Ou que no capitalismo existe uma linha evolutiva e linear em que o preconceito será eventualmente eliminado com o tempo, quase que naturalmente. A luta efetiva contra qualquer forma de opressão parte do entendimento concreto de suas raízes.

Novamente, gostaríamos de salientar que a divisão em “eixos” da leitura e exame dos artigos é meramente metodológica. Os eixos selecionados aparecem nos trabalhos de forma imbricada. Desde a existência da opressão contra a população LGBTI+ que leva à organização política em torno da reivindicação de seus direitos, até como se conforma a atuação de assistentes sociais nas políticas públicas LGBTI+. Os eixos expressam particularidades da totalidade social.

Pensando nas formas como essa violência se perpetua no Brasil podemos ver claramente nos excertos do eixo “conservadorismo e LGBTI+fobia” – eixo que aparece em todos os textos analisados. Além disso, percebemos como as violências são mobilizadas no jogo político brasileiro a fim de alcançar cargos de poder. O exemplo mais claro é Jair Bolsonaro que buscava atacar diversos grupos minoritários para angariar notoriedade. O que

de fato funcionou e o fez ser eleito presidente da república. Seu mandato se estendeu até o ano em que o XVII Enpess ocorreu, mostrando também a atualidade dos artigos submetidos ao evento – já que 8 citaram o ex-presidente diretamente.

Outro fator que fica evidente a partir da análise dos dados é a relevância dos movimentos sociais e da organização política LGBTI+ para a luta dessa população e sua agenda política. A partir do traçado histórico da questão LGBTI+ no Brasil aqui realizado – itens 2.2. e 2.3. – vemos como as pessoas LGBTI+ vem lutando pelo fim da opressão por meio da desestigmatização e da criação de políticas públicas específicas direcionadas a elas. Percebemos que esse histórico também é realizado na maioria dos artigos – 20 deles – demonstrando que as produções do XVII Enpess veem a organização política LGBTI+ como importante chave de análise.

Ainda sobre os debates gerais encontrados nos anais do Enpess de 2022 sobre a questão LGBTI+, percebemos uma carência nas produções sobre a atuação profissional do Serviço Social. Tal carência refere-se ao fato de que esse foi o eixo com menos produções – 8 artigos. Vemos que nas produções que abordam a atuação profissional de assistentes sociais tem grande peso as resoluções e campanhas pelo fim da discriminação contra as pessoas LGBTI+. Também apontam para o grande peso que tem o código de ética profissional de 1993 e os valores construídos após a ruptura com o conservadorismo.

Encontramos também, assim como em nossa pesquisa bibliográfica, muitos artigos que retratam certa morosidade na categoria profissional no tratamento da questão LGBTI+. Porém, também é visível a qualidade e seriedade com que as produções tratam a temática. Mesmo partindo de autores com diferentes concepções sobre a temática percebemos que existe grande vontade da categoria profissional de debater a questão e produzir conhecimento que movimente e fortaleça a apreensão da realidade pela profissão. Essa movimentação também foi possível pela instituição do GTP de Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades pela Abepss.

Aprendemos, com a realização deste trabalho que as problemáticas inerentes da questão LGBTI+ são muito mais complexas do que costuma se imaginar. O salto de uma compreensão da opressão contra pessoas LGBTI+ como algo da dimensão do simples preconceito, julgamento ou ódio infundados para a descoberta, e demonstração, de como na verdade suas raízes são muito mais profundas foi ganho inestimável. A compreensão de que essa e as demais formas de opressão sob o capitalismo tem relação direta com a estruturação desse modo de produção é ponto chave para essa discussão e debate. Ademais, vemos a partir dessa análise diferentes formas de compreender essa questão e de

referenciá-la teoricamente, o que denota que a academia, assim como a política, os movimentos sociais, a mídia, etc. são espaços de disputa de ideias e concepções.

Desta forma, é imprescindível que continuemos a estudar e pesquisar a questão LGBTI+, tendo como foco a atuação profissional. A ênfase no fazer cotidiano importa na medida que somente a partir da dimensão técnico-operativa é que podemos manifestar na realidade as demais dimensões da atuação profissional, isto é, a ético-política e a teórico-metodológica. É a partir do trabalho como assistentes sociais que podemos tensionar e disputar espaços a partir do viés hoje hegemônico do Serviço Social, de liberdade e luta pela emancipação humana de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola.** Brasília. 16, abr. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbt-sofreram-agressao-verbal-na-escola>>. Acesso em 07, ago. 2025.
- ALMEIDA, S. S. R. O Sistema Único de Saúde em foco: uma análise da gestão na perspectiva da administração pública democrática.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2015.
- BARROS, J. M. NUNES, N. R. A. Serviço Social e diversidade sexual: percursos na formação profissional.** In: Serviço Social e Realidade, Franca, v.32, 2023.
- BRASIL DE FATO. Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024.** São Paulo. 18, jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtfobia-em-2024/>. Acesso em 07/08/2025.
- CÂMARA DE COMÉRCIO E TURISMO LGBT DO BRASIL. Diversidade23 lança observatório sobre empregabilidade LGBT.** 23, set. 2020. Disponível em: <<https://camaralgbt.com.br/diversidade23-observatorio-sobre-empregabilidade-lgbt/>>. Acesso em 07, ago. 2025.
- CAMPOS, E. A. Serviço Social e a livre orientação sexual e de identidade de gênero: análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2024.
- CARVALHO, R. IAMAMOTO, M. V. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo. Cortez. 2020.
- CISNE, M. SANTOS, S. M. M. Feminismo, diversidade Sexual e Serviço Social.** Cortez Editora. São Paulo. 2018.
- DICTIONARY.COM. Gender and sexuality dictionary.** Genderfuck. 5, abr, 2019. Disponível em: <<https://translate.google.com/translate?u=https://www.dictionary.com/e/gender-sexuality/genderfuck&hl=pt&sl=en&tl=pt&client=srp>>. Acesso em: 23, ago, 2025.
- DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte.** In: FERREIRA, G. S.; DUARTE, M. J. O.; IRINEU, B. A; PAIVA, S. P.; PEIXOTO, V. B. (Org.) Sexualidade e Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Editora UFJF. 2023.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Boitempo Editorial. São Paulo. 2019.

FERREIRA, G. G. IRINEU, B. A. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. São Paulo. Cortez, 2024.

IRINEU, B. A. **A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória**. In: Serviço Social em Revista, Londrina, v. 24, n.2, P.566-583, jul./dez. 2021.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas. N. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Martins Fontes. São Paulo. 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial. São Paulo. 2004.

MARX, K. **A sagrada família**. Boitempo Editorial. São Paulo. 2011.

MARX, K. **O capital, Livro I**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo. Acesso em 10 mar. 2025. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/ferros-bar/>>.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

OKITA, H. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. Editora Sundermann. São Paulo. 2007

OLIVEIRA, T. L. **“O homonacionalismo à brasileira”:uma análise das políticas públicas LGBTI+ no Brasil nos governos petistas de (2003 – 2016)**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17, 2022, Rio de Janeiro. Anais.

PEREIRA, T. D. **Controle das corporalidades e identidades na formação social brasileira**. In: FERREIRA, G. S.; DUARTE, M. J. O.; IRINEU, B. A; PAIVA, S. P.; PEIXOTO, V. B. (Org.) **Sexualidade e Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Editora UFJF. 2023

SOUZA, K. R. B. **Uma perspectiva sobre sexualidade através da ontologia do ser social**. In: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. Vol. 03, N. 10, Abr.– Jun., 2020- <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>

SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro. Record. 1996.

TREVISAN, J. S. **Mas qual é o crime de Celso Curi?**. In: Lampião. Rio de Janeiro, n. 0, abr. 1978. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/0-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1978/>>. Acesso em: 23, fev. 2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**. São Paulo. Objetiva. 2018.

APÊNDICE - A

Tabela 6: Lista dos trabalhos e autoras/es - apresentações orais

APRESENTAÇÕES ORAIS	
1	SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DA CATEGORIA JUNTO À POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS
	ISABELE BARBOZA MOURA
2	INTERSECCIONANDO GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE SEXUAL: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro
	MABLY TRINDADE PEDRO VICENTE DE ASSIS NETO CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS
3	ESTUDOS SOBRE FEMINISMOS E SEXUALIDADES: uma análise das Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília
	VALDENIZIA BENTO PEIXOTO ANA LUIZA ROSENBAUM BIANCHETTI
4	SISTEMA PENAL BRASILEIRO E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS DE GÊNERO: A MORTE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA POLÍTICA LGBTI+ NAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS DE MINAS GERAIS
	SIDNELLY APARECIDA DE ALMEIDA
5	SEXUALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL:saúde LGBTQIA+1 em questão.
	MÁRCIA CRISTINA BRASIL SANTOS CLARA AZEVEDO DE ARAUJO ELOISA DA SILVA XAVIER LUCAS DA COSTA BRANDÃO
6	SERVIÇO SOCIAL, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: uma análise a partir dos anais do CBAS 2019 e ENPESS 2018
	GUILHERME MORAES DA COSTA
7	SAÚDE MENTAL E POPULAÇÃO LGBTI+: sujeitos, políticas e lutas sociais em tempos históricos diferentes
	MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
8	O MOVIMENTO LGBTQI+: aspectos históricos e as lutas no brasil

KEYLLA MYLENNA LIMA DOS ANJOS WEMERSON JAMISON SANTOS DA SILVA	
9	FAKE NEWS, FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: Notas sobre a estratégia desinformativa da extrema direita no processo eleitoral brasileiro
LUCAS DA COSTA BRANDÃO MILENA CARLOS DE LACERDA	
10	EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES E LGBTI+ NOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL
LEONARDO NOGUEIRA RENATA GOMES DA COSTA LARISSA COSTA	
11	DISPUTAS TEÓRICO-POLÍTICAS ENTRE A TEORIA QUEER E A TEORIA MARXISTA: confrontos e encontros possíveis no debate sobre diversidade de gênero e transgeneridades
PEDRO VICENTE DE ASSIS NETO	
12	DEFESA DE DIREITOS LGBTQIA+ NAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO LIBERAL
RODRIGO AUGUSTO TADEU MARTINS LEAL DA SILVA	
13	A RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTI+ EM SITUAÇÃO DE RUA
EVELYN SERRA PARENTE	
14	A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL À LUZ DOS DADOS SOBRETRANSFEMINICÍDIO E LESBOCÍDIO
BRUNA ANDRADE IRINEU LEANA OLIVEIRA FREITAS JÚLIA SPIGOLON	
15	“O HOMONACIONALISMO À BRASILEIRA”: uma análise das políticas públicas LGBTI+ no Brasil nos governos petistas de (2003 – 2016)
TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA	
16	VIVÊNCIAS INTERSECCIONADAS À LUZ DOS FEMINISMOS: a luta das transfemininas para acessar e se manter no mercado de trabalho formal.
MÁRCIA GUIMARÃES VIANA	

Fonte: elaboração própria

Tabela 7: Lista dos trabalhos e autoras/es - pôsteres

PÔSTERES	
17	GÊNERO COMO TECNOLOGIA: uma proposta contra-hegemônica.
	MARIKO HANASHIRO NENO ROSA
18	COLISÕES DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A POLÍTICA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLENCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
	THIAGO APARECIDO ARANHA DOS SANTOS
19	OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
	CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS
20	QUESTÃO SOCIAL, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL “Ano passado eu morri, e esse ano? ” QUESTÃO SOCIAL E GÊNERO
	MAYARA DE FATIMA MARTINS DE SOUZA ROSEANE RIBEIRO ARÉVALO THIAGO APARECIDO ARANHA DOS SANTOS

Fonte: elaboração própria

Tabela 8: Lista dos trabalhos e autoras/es - mesas coordenadas

MESAS COORDENADAS	
21	DILEMAS DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS E CONSERVADOR
	GUILHERME SILVA DE ALMEIDA MARCIA CRISTINA BRASIL SANTOS
22	HISTÓRIA DA VIOLENCIA E ABJEÇÃO CONTRA LGBTI+ NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL
	VALDENIZIA BENTO PEIXOTO
23	DESPROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE EXTERMÍNIO DAS VIDAS LGBTI+ NO CONTEXTO BRASILEIRO
	BRUNA ANDRADE IRINEU
24	O GOVERNO BOLSONARO E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: a “preservação sexual” como política pública
	SABRINA PEREIRA PAIVA

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE - B

Tabela 9: Artigos excluídos da Análise

ARTIGOS EXCLUÍDOS DA ANÁLISE	
25	A LUTA DAS MULHERES POR POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS
	ERIANE MARTINS PACHECO MIRIAM THAIS GUTERRES DIAS
26	DIREITOS HUMANOS VOLTADOS AO SEGMENTO INFANTO-JUVENIL: pesquisa internacional envolvendo Angola, Brasil, Moçambique e Portugal
	ANDREA PIRES ROCHA KARIMA OMAR HAMDAN KEILA PINNA VALENSUELA LEONARDO CARVALHO DE SOUZA JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

Fonte: elaboração própria